

DISPOSITIVOS
CULTURAIS E
ESPAÇOS DE
MEMÓRIA

FABIO ASSIS PINHO
(ORGANIZADOR)

DISPOSITIVOS CULTURAIS E ESPAÇOS DE MEMÓRIA

FABIO ASSIS PINHO
(ORGANIZADOR)

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado
Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero de Barros Marques
Pró-Reitor de Extensão: Prof. Edilson Fernandes de Souza
Diretora de Extensão Acadêmica: Maria Christina de Medeiros Nunes
Diretora de Extensão Cultural: Prof. Marcos Galindo
Coordenador de Gestão da Extensão: Demócrito José Rodrigues da Silva
Coordenador de Gestão da Informação: Prof. Wellington Pinheiro dos Santos
Coordenadora de Gestão Organizacional: Eliane Aguiar
Coordenadora de Gestão da Produção Multimídia e Audiovisual: Jowania Rosas de Melo

Diagramação:

Priscila Vitalino

Capa:

Priscila Vitalino

Coordenação Geral:

Prof. Wellington Pinheiro dos Santos

Revisão:

Os textos são de responsabilidade dos autores.

Catlogação na fonte:

Bibliotecária Liliane Campos Gonzaga de Noronha, CRB4-1702

D612	Dispositivos culturais e espaços de memória [recurso eletrônico] / organizador: Fábio Assis Pinho. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013.
	ISBN 978-85-415-0385-3 (e-book).
	1. Memória Coletiva. 2. Patrimônio cultural – Proteção. 3. Organização da informação. 4. Livros raros. 5. Política cultural. 5. Museus. I. Pinho, Fábio Assis (Org.).
305	CDD (23.ed.) UFPE (BC2013-227)

Apresentação

Pensar e refletir sobre os dispositivos culturais é uma das maneiras de poder auxiliar na elaboração de políticas públicas que promovam o acesso a eles e, dessa maneira, permitir ao cidadão um leque maior de desenvolvimento de suas potencialidades culturais.

O termo dispositivo é usado para denotar a ação de dispor, de organizar, de combinar e, por isso, os dispositivos culturais podem ser entendidos como um conjunto complexo de atividades ou instituições que possibilitam o exercício de elaboração e de divulgação de bens e artefatos culturais. Obviamente que o conceito de dispositivo e, por conseguinte, de dispositivo cultural não é passível de conclusão sem as necessárias reflexões a respeito, entretanto, para o escopo deste livro será de contento que o espaço dito dispositivo cultural seja aquele que permita a divulgação, a elaboração e preservação de bens (materiais e imateriais) e artefatos culturais ou os seus registros. Além disso, não se ignora o fato de que por trás do termo dispositivo exista a possibilidade de diversas interpretações, onde permeiam os papéis da informação e da comunicação da sociedade.

Logo, atrela-se um segundo termo “espaços de memória”, ou seja, lugares e mecanismos onde exista uma maneira de reconstituição de um conhecimento, um costume, um fato ou um acontecimento e, ainda, de lembrá-lo e situá-lo em seu tempo e espaço.

Nesse sentido, os capítulos que se seguem permitem a possibilidade de pensar sobre as bibliotecas, os arquivos e os museus como dispositivos culturais e espaços de memórias, não apenas como detentores do conhecimento registrado e socializado, mas como instituições que, através de seus instrumentos de pesquisa, auxiliam no resgate e no entendimento do que está em nossa história.

O primeiro capítulo “Registros da memória” de Gilda Maria Whitaker Verri tem-se exemplos claros de documentos que resgatam a memória de acontecimentos, bem como, o uso e o acesso deles. No segundo capítulo, “Bibliotecas comunitárias: dispositivos de ação” de autoria de Lourival Pereira Pinto tem-se uma rica discussão sobre a mediação cultural transformadora e o espaço onde ela pode ocorrer.

No capítulo posterior, o terceiro, Lílian Lima Siqueira Melo em “Reflexões acerca das obras raras como bens culturais e de memória em bibliotecas” traz consigo questões interessantes sobre a preservação do patrimônio cultural

bibliográfico, especialmente no que tange às obras raras. Em seguida, no quarto capítulo intitulado “A organização da informação e do conhecimento como dispositivos de memória e cultural” de Fabio Assis Pinho, relata-se a importância dos catálogos e índices no seu conjunto histórico com relação ao seu uso no resgate da memória.

Por fim, no quinto capítulo, “Museu e identidades fragmentadas: perspectivas de um dispositivo cultural mediador” de Maria Juliana Sá, discute-se o papel do museu como dispositivo cultural mediador e a sua relação com as múltiplas concepções de identidades culturais do sujeito pós-moderno.

Os capítulos do livro refletem as competências, relacionadas aos diversos dispositivos culturais envolvidos, dos seus autores. Por isso, preenche uma lacuna no que tange a material bibliográfico sobre essa temática avizinhandose, especialmente, à Ciência da Informação. Boa leitura!

Prof. Fabio Assis Pinho
Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal de Pernambuco

Registros da Memória

Gilda Maria Whitaker Verri

Na vida, há um elemento universal e essencial: a informação, que contribui para a história da memória, não obstante as diferenças geográficas, históricas, econômicas ou culturais. Para o Homem, a informação e a memória têm nos dados históricos uma base comum, que propicia a capacidade individual e ou coletiva de perceber a ação das forças que transformam os espaços e a dinâmica social. Teorias e conceitos alicerçam abordagens históricas e epistemológicas, entendidos sob a ótica de determinadas estruturas, ou seja, segundo o modo de produção de uma sociedade e as relações que se estabelecem entre grupos, estamentos, ou classes. Assim, informação e memória não são palavras de cunho ingênuo, elas têm significado, função, valores, instituem-se, desdobram-se, põem-se em rede, são mutáveis, acompanham, produzem e distribuem efeitos na sociedade.

Falar em memória é ter presente o esquecimento, binômio que, por um lado pressupõe registro, preservação, reformulação de informações, e por outro, considera o silêncio, a eliminação, o apagamento como um recurso válido para a interdição, o indizível, a ocultação de informações. A apropriação ou expropriação da informação pela memória é indissociável das práticas e representações postas em circulação em um determinado tempo. Daí a possibilidade da memória ser construída, ressaltada ou silenciada por meio de mecanismos de ação, por exemplo, quando datas ou temas são ou não celebrados, por meio ou ausência de representações, tais como comemorações ou lembranças imaginadas (MENEZES, 2007, p. 29).

As informações, que pulsam sob a forma de imagens ou sons aprisionados em diferentes suportes, quando selecionadas, agrupadas e organizadas em espaços de memória, formam os lastros do conhecimento, dos saberes estruturadores de indivíduos e de coletividades. Esses espaços ou lugares de memória demarcam, preservam, e permitem a circulação da produção intelectual, científica e cultural da sociedade. Nos documentos aí contidos, há escolhas de tempo e de duração de informações, que ora surgem, ora se cruzam, ora se superpõem, e adquirem significados ao serem interpretadas, apropriadas, memoriadas ou até expropriadas.

Nesses lugares, reconhecidamente instituídos como bibliotecas, arquivos e museus, “a informação não é um signo, e sim uma *relação* estabelecida entre dois lugares, o primeiro, que se torna uma periferia, e o segundo, que se torna um *centro*, sob a condição de que entre os dois circule um *veículo* que denominamos muitas vezes de forma, mas que para insistir em seu aspecto material, eu chamo de *inscrição*” (LATOURE, 2000, p. 22). Para ter eficácia, os dois pontos, tendo como veículo o registro documental, estabelecem a relação entre dois lugares em tempos diferentes ou simultâneos e permitem sejam confrontadas e avaliadas as condições de vida, as peculiaridades dos lugares e as diferentes percepções dos indivíduos. Dessa realidade faz parte um conjunto de fatos, problemas ou concepções registrados mediante informações obtidas ou imaginadas.

Para detectar o uso e o valor da informação e da memória no mundo cada vez mais instantâneo, uniforme, fragilizado, funcionalizado e globalizado, a ciência da informação recorre à interdisciplinaridade. Como uma possibilidade de reintegrar ou reconstruir o todo, de não se limitar “à análise fragmentadora das disciplinas particulares” (SANTOS, 1996, p. 122). Ou de restringir-se a dados isolados ou desconexos obtidos através de recursos tecnológicos, que são alçados a disponibilizar os meios de favorecer a interdisciplinaridade, com aparência de neutralidade diante da realidade. Nesta direção, os campos de estudo têm e transmitem discursos próprios, portanto, impõem maiores cuidados com a linguagem, os sentidos e as interpretações a fim de que as expressões e representações deem conta de resultados que auxiliem aquela ciência.

Da responsabilidade de retirar do passado e da memória o direito de revelar quando e como se deram as condições de vida e de produção dos homens, isoladamente ou em grupos, surge a oportunidade de validar dados históricos a partir da materialidade de um texto. Neste caso, de um documento elaborado no começo da segunda metade do século XVIII, em Pernambuco, que permite à Ciência da Informação buscar o apoio da História social a fim de atribuir significado e valores à memória coletiva.

Diante da delimitação do tempo e do espaço, justifica-se uma breve análise das informações contidas em um registro documental produzido por um corpo de servidores representativo do poder real emanado da corte portuguesa em Lisboa, atuando em terras coloniais, no século XVIII. A escolha de um documento autêntico como fonte de informação, como recomenda a escola positivista, indica e anuncia uma prova, um dado histórico, que recorta e fixa a memória do tempo passado. Assim, considerar e avaliar os registros de informações manuscritas em decorrência do rompimento entre a Coroa

portuguesa e a Companhia de Jesus, constitui o objeto de estudo ora visado.

Dado o recuo temporal e a definição dos lugares, convém esclarecer os objetivos: Verificar qual o sentido de informações contidas em texto escrito em letra do século XVIII, cingindo os bens fixos, móveis e semoventes dos Jesuítas na Capitania de Pernambuco, que a época abrangia Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e parte do Ceará. Ainda: Identificar no contexto da Capitania de Pernambuco quais as consequências e a repercussão das ordens régias proibindo a Companhia de Jesus de atuar no Reino, em particular na Capitania de Pernambuco.

É pressuposto que as medidas postas em prática pela política colonialista evidenciam as estratégias e o sentido político-administrativo das atividades socioeconômicas e culturais no contexto colonial, provocando, em lugares distintos, transformações no processo de formação da sociedade laica e ou religiosa que repercutem nos dias atuais.

Para a transferência e a garantia de informações, a memória busca, em espaços distintos, dados preservados que, levados à consulta, à verificação e à análise, permitem identificar, validar e explicar fatos e papéis exercidos por personagens individuais ou coletivos. Com vistas a elucidar interrogações, documentos de época dão conta do entendimento das leis, dos usos e costumes, dos interesses econômicos, das mudanças no aparato religioso e educacional, que se abrigavam sob o controle das relações instituídas pela Coroa portuguesa na Capitania de Pernambuco.

O lugar da memória documental e coletiva

A partir de uma peça rara de natureza bibliográfica e arquivística, de propriedade do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP – é possível verificar, com informações diretas e seguras, a participação e a atuação dos Jesuítas na vida da Capitania de Pernambuco. É em um espaço de memória que a preservação do **“Livro dos Bens Livres pertencentes aos Jesuítas dos Colégios de Olinda e Recife, Pernambuco”** tem consolidado e repercutido no presente a memória de um tempo passado, delineado na formação cultural brasileira.

Neste sentido, vale dizer que a preservação dos registros em um lugar propício permite novas formas de abordagem, de apropriação, percepção, difusão e desdobramento de informações. É quando e onde se destaca o IAHGP, por ser uma instituição jurídica de direito privado fundada em 28 de janeiro de 1862. O primeiro Presidente foi Monsenhor Muniz Tavares, partícipe das

Revoluções dos Republicanos de 1817 e 1824. É a mais antiga das entidades estaduais correlatas, instalada no centro da cidade do Recife, em prédio de estilo neoclássico, sede própria, doada em 1910, pelo então governador Manuel Borba. O quadro de sócios é representativo da intelectualidade amante da memória de Pernambuco, comunicando-se frequentemente com instituições congêneres.

A instituição é mantida por contribuições mensais dos sócios efetivos, sem subvenção pecuniária pública. Daí as dificuldades em proporcionar atendimento diário a pesquisadores ou a manter melhor conservado o imenso e rico acervo bibliográfico, arquivístico e museológico. A preservação de fontes documentais inexistentes em outros locais faz o diferencial. – É uma verdadeira constante entre as instituições públicas e privadas de preservação e divulgação da memória a penúria com que se mantêm. – Os sócios do IAHGP – pesquisadores, professores, historiadores, arqueólogos, jornalistas, advogados, arquitetos, economistas – encontram-se em sessões plenárias e temáticas duas vezes por mês. Reúnem-se aos sábados para pesquisas específicas e atendimento ao público particularmente interessado em Genealogia e História.

Por decisão estatutária, o IAHGP tem como objetivo principal a preservação e a divulgação da memória dos fatos históricos e o alerta à continuidade dos monumentos desse Estado. Portanto, tem defendido a conservação de documentos pessoais e ou coletivos, preservado a hemeroteca, os objetos patrimoniais e ou históricos. Desde 1863 divulga trabalhos e pesquisas na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico Pernambucano* (RIAP), ISSN 0103-1945.

Há mais de 60 anos presta serviços à Prefeitura do Recife, assessorando e defendendo a preservação dos lugares e dos nomes representativos em avenidas, ruas e praças, o que atende ao disposto na lei orgânica do Município Nº. 1 223, de 12 de junho de 1951, e na subsequente. As coleções de manuscritos foram tombadas em 20 de abril de 1938 (Livro das Belas-Artes, v.1, n. 35, Proc. 129 T[38], pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Faz ainda acompanhamento à demarcação e ou identificação de pesquisas arqueológicas.

Mobiliário, peças em madeira, porcelana, cerâmica indígena, pedras e marcos divisórios territoriais, retratos de personalidades em óleo sobre tela, fotografias, desenhos e gravuras, painéis das batalhas dos Guararapes, peças em metais diversos, adereços, liteiras, primeira prensa do jornal Diário de Pernambuco, todos são componentes do Museu, diariamente aberto à visitação pública.

Os acervos de natureza bibliográfica, arquivística, iconográfica, cartográfica, mineral e museal vieram de compras ou de doações particulares, individuais ou coletivas, sempre de natureza histórica, arqueológica ou geográfica. À coleção de manuscritos, livros e periódicos raros juntam-se outras mais recentes, de valor para pesquisas da atualidade. O acervo bibliográfico tem mais 30.000 documentos, incluindo livros, folhetos, periódicos do século XIX, manuscritos, disponíveis aos sócios e, em horários predeterminados aos pesquisadores, por serem os sócios quem orientam as consultas externas disponibilizadas duas vezes por semana para pesquisadores locais, nacionais e estrangeiros.

A força resistente do IAHGP foi comprovada com a nomeação “Memória do Mundo da Unesco – MOWBrasil - 2010” ao Atlas Vingboons, elaborado em 1630. Trata-se de um conjunto de lâminas com representações distintas da costa do Brasil, e do traçado da cidade do Recife, que se formara a partir de portugueses e holandeses, ocupantes a época, dos espaços costeiros. Outras partes do mapa, desmembrado no século XIX, encontram-se em Haia, em Washington, na Biblioteca do Congresso e em Roma, na Biblioteca Vaticana. Em 2011 o conjunto foi reunido e publicado na Holanda.

De igual modo, foram nominadas “Memória do Mundo da Unesco – 2011” as Atas da Câmara produzidas pelos edis recifenses ao longo de um período de 130 anos e registradas pelos escrivães da municipalidade. Em termos de verificação, contêm os registros das ações administrativas referentes à governança da vila, e depois cidade, desde meados do século XVIII até o final do XIX. Os temas tratados são os mais diversos e de importância para a memória da cidade e de sua população. Além dos fatos cotidianos, as Atas da Câmara do Recife contêm registros extraordinários, como discussões a respeito da instalação da junta governativa de Pernambuco após a Revolução do Porto de 1820, as listas de assinaturas de cidadãos em adesão ao Império do Brasil, por ocasião da independência, ou da aclamação de Pedro I como imperador.

Dentre os documentos de cunho arquivístico estão os inventários *post mortem* desde o século XVII até o XIX e mapas antigos, há muito pertencentes ao IAHGP, de inestimável valor histórico, econômico e cartográfico. A propriedade e as condições de conservação dos acervos credenciam a instituição como de preservação de memória coletiva da antiga Capitania doada a Duarte Coelho Pereira, depois tornada Província, por fim, Estado de Pernambuco.

A informação documentada

Na condição de culto à preservação da memória e à difusão do saber, o documento bibliográfico do IAHGP, intitulado “**Livro dos Bens Livres pertencentes aos Jesuítas dos Colégios de Olinda e Recife, Pernambuco**”, perpetua as informações sobre questões de história cultural, patrimônio e negócios jesuítas desde o século XVI até o XVIII. Por outro lado, durante muito tempo desaparecido, desconhecido e esquecido, o livro revela um período de ausência documental, ainda não de todo desvendada, a exigir maior divulgação e estudo.

Da data de proveniência ou inclusão do manuscrito “**Livro dos Bens Livres pertencentes aos Jesuítas dos Colégios de Olinda e Recife, Pernambuco**” ao acervo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, as anotações são antigas e difusas. Entretanto, sabe-se que as folhas encadernadas, formando um livro de capa dura, em data imprecisa, foram emprestadas ao sócio historiador Fernando Pio dos Santos e, após a sua morte, a biblioteca é vendida a um médico que, por sua vez, tem a biblioteca alienada ao Sr. José Luiz Garaldi, proprietário da Livraria Antiquário “A Sereia”, antiga “S. Bach”, à Rua Bela Cintra, 202, Consolação, São Paulo.

Em setembro de 2007, em viagem, um dos sócios do Instituto ao visitar a referida Livraria é surpreendido pela oferta de um manuscrito antigo referindo-se a Pernambuco. É confirmado ser o Livro de Tombo há muito considerado perdido. Reconhecido o exemplar, providências são tomadas junto a 13 sócios, para que mediante cotas iguais, cobrissem o preço cobrado pelo antiquário, de modo a reaver o original. O negócio é fechado por R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), coincidentemente em 13 de setembro de 2007.

O manuscrito trata, conforme a folha de rosto informa do:

Livro de Bens Livres e de [Tombo dos Bens perten]centes aos Colégios de Olinda e Recife, Pernambuco, e declara que por ordem de S. Magestade F [...] P [...] e 23 de agosto de 1759 [...] conforme [...] de [...] outubro de 1761 se confiscarão aos Padres denominados Jesuitas no qual se declarão os Livros que por Ordem do mesmo Senhor se puzeran em Prova; os da Coroa e de encargo que se estabeleceraõ por venda e finalmente todo necessario para por elle se somar [...] o Procurador; a fim de se fazer carrega [...] Receita ao Thezoureiro correspondente as parcelas cobradas e evitando-se o descaminho.
Feito em primeiro de Agosto do anno de 1765.

Confeccionado por ordem expedida em carta régia de 22 de outubro de 1761, dirigida ao Bispo de Pernambuco, o livro tem anotações iniciadas a primeiro de agosto de 1765 que vão até 21 de fevereiro de 1768. São dados contendo a descrição dos bens, valores econômicos, localização e nomes de religiosos e de indivíduos que mantinham negócios com os Inacianos até 1759 quando, por ordem do Rei D. José I foram expulsos do império ultramarino português.

O documento, com letra do século XVIII, contém um total de 282 folhas numeradas, escritas frente e verso, em papel artesanal feito de trapo bastante corroído por bibliófagos, com marcas do tempo e borrões de tinta, medindo 10 cm de altura, 38cm de comprimento por 25cm de largura. Para preservar a unicidade e garantir a integridade do documento livre de risco, a acessibilidade é controlada. A raridade do documento firma-se pelo conjunto de informações relacionadas com os bens fixos, móveis e semoventes pertencentes à antiga Companhia de Jesus, e existentes na Capitania de Pernambuco a qual se uniam Olinda, Paraíba e parte do Ceará. Informações atualizadas a época tornam o exemplar de propriedade do IAHGP peça autêntica, rara e insubstituível no Brasil.

O **“Livro dos Bens Livres pertencentes aos Jesuítas dos Colégios de Olinda e Recife, Pernambuco”** incorporado aos acervos do IAHGP, em data imprecisa, consultado por Pereira da Costa, é citado nos *Anais pernambucanos*. A procedência é desconhecida, embora originado e confeccionado por oficiais escrivães da administração do Reino, em Pernambuco. Desconhece-se a autoria, não apresentando assinaturas, durante os três anos em que foi produzido. É, portanto, de autoria coletiva não assinada. Isto porque as diferentes caligrafias demonstram terem sido fixadas por diversos oficiais, escrivães, provavelmente oficiais administrativos, ligados à governadoria, conforme disposto em Carta régia de 22 de outubro de 1761, dirigida ao Governador Luís Diogo Lobo da Silva sobre a confiscação e arrecadação dos bens dos Jesuítas (*Revista do IAHGP*, v. 7, n. 43, p. 39-42, 1893).

As características do texto, com datação inicial e final dos registros, revelam a importância dessa fonte de informações para o entendimento das atividades missionárias, a análise econômica e cultural e o traçado urbano revelado pela localização das moradas, especialmente em Olinda e no Recife. Estudos sobre os Inacianos, vistos pela atuação educacional, político-religiosa, administração dos negócios, empreendimentos, serviços de controle da mão de obra, podem ser realizados mediante consulta e localização de dados básicos nesse livro de tomo dos bens existentes na Capitania.

A singularidade do documento relativo às propriedades e pertences dos Jesuítas em Pernambuco pode ser afirmada, vez que indica no “sumário” as informações referentes aos Colégios de Olinda, Recife, Paraíba e Ceará, e descreve, com precisão, os bens de raiz, os imóveis, os móveis e semoventes, onde estavam localizados, quem os geria, incluindo datas e valores pagos por terceiros.

Devido ao frágil estado de conservação em lugares outros, fora do IAHGP, enquanto esteve desaparecido, o exemplar manuscrito hoje está guardado em segurança, longe do alcance de manuseios. Para permitir a leitura do texto, as folhas foram fotografadas, evitando-se o processo direto de digitalização. Diferentemente dos livros de tomo de outras capitanias, como São Paulo, Bahia, Sergipe e Espírito Santo, o conteúdo, ainda não foi trabalhado por pesquisadores, embora tenha sido insistentemente procurado pelo historiador português e ex-diretor da Biblioteca Nacional de Portugal, Jorge Couto, para complementar a dissertação *O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio*. Lisboa: 1990.

Diante desse manuscrito, que retrata todo um aparato patrimonial construído pela ação de formação e transformação da sociedade dos primeiros tempos do Brasil, qual o significado dessa informação para os dias atuais? Como as letras do século XVIII repercutem, quando a caligrafia perde espaço para os teclados e a instantaneidade do presente provoca uma compulsão febril em busca de sons, imagens e números? Como olhar essas informações do passado com as perspectivas do presente? Qual o sentido da preservação de documentos históricos nos dias atuais? As respostas não parecem ser imediatas ou simples.

O encaminhamento das respostas encontra em Capurro (2009) a travessia do termo *informação* através do tempo. A origem latina e o uso da palavra é localizada em autores antigos, como Tertuliano (ca. 160-220 A.D.) que menciona Moises *populi informator*, um educador do povo, no sentido pedagógico e político do termo. A esta primeira aproximação da palavra ao foco deste trabalho, ajunta-se o sentido escolástico: dar forma a uma matéria, ou de forma mais atual: Dar conhecimento de alguma coisa a alguém. Moderna, a informação torna-se básica para o funcionamento da sociedade, um bem intangível, mas que compreende natureza, valor e trabalho ao qual se agregam conhecimento e tecnologia.

A recuperação dos dados históricos, por meio de uma prática social e da riqueza da linguagem, dá consistência e significado à memória, porque amplia a “capacidade de perceber as transformações da sociedade pela ação

humana, permitindo que se tenha quase que afetivamente – e não apenas cognitivamente – a experiência da dinâmica social da ação das forças que constroem a sociedade e que podem mudá-la a todo instante” (MENEZES, 2007, p. 21).

A Companhia de Jesus

Presentes na colonização do Brasil durante 210 anos, porque chegada com Tomé de Souza, a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola, em 1540, atende aos interesses do Reino de Portugal. Desde os primeiros anos do Brasil, os Inacianos fazem da língua portuguesa um instrumento de homogeneização cultural, de demarcação territorial, e de uso na catequização dos índios. Considerada a ordem mais rica do Brasil até 1759, tem nomes e personagens que exercem influência tanto no campo religioso quanto no científico, econômico, político e diplomático.

Destacados em todo o império ultramarino, na Capitania de Pernambuco, que inclui Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e parte do Ceará, os Jesuítas têm atividades missionárias, fundam paróquias, vilas, exercem funções educativas, que se ampliam via colégios com alto nível de ensino, repercutindo nos exames da Universidade de Coimbra. Mediante privilégios reais, os subsídios e as doações de particulares são administrados diretamente. Assim, as fontes de renda se acumulam com a posse de propriedades rurais, engenhos de açúcar, escravos, casas de moradas, animais para corte. Antonil, em *Cultura e opulência no Brasil* refere-se a essa riqueza, o que lhe ocasiona o confisco do livro, pelo Conselho Ultramarino, vez que a obra difunde informações relevantes, capazes de instigar a cobiça de outros poderosos. Esses bens amealhados e administrados localmente compõem o quadro de dados e de informações históricas registrados após a deportação dos Inacianos.

Mas a riqueza das ordens religiosas, demonstrada pela posse de propriedades, de bens fixos, de escravos e outros mais, chama a atenção do estadista D. Luís da Cunha, embaixador da corte de D. João V, arcebispo da Sé de Évora e desembargador do Paço. O alerta a El Rei dá início a futura extinção da Ordem de Santo Inácio, posta em execução pelo ministro de D. José I, o Conde Oeiras, futuro Marquês de Pombal, também voltado para as medidas de dessacralização do poder.

Em 1759, no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, a ordem régia de 3 de setembro assinada por D. José I, rei de Portugal, [e dos Algarves, daquém, e dalém Mar, em África, Senhor de Guiné e da Conquista, Navegação, e

Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, &c.] ordena que religiosos da Companhia, “fossem tidos, havidos e reputados como *desnaturalizados, proscritos, e exterminados* do território português e de todas as terras de além-mar”, confere Paulo de Assunção, em *Negócios jesuíticos* (2004, p. 29).

Ordem a ser cumprida via Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, do Conselho do Rei e chanceler da Casa da Suplicação, em vista das “Perniciosíssimas maquinações com que os Religiosos de que se compõem o governo da Sociedade de Jesus nestes Reinos, e seus Domínios, haviam neles concitado, e rompido as escandalosas sedições”, como escreve Pereira da Costa, nos *Anais pernambucanos* (1983, v. 1, p. 425; v. 6, p. 175). Naquele momento, circulam acusações aos Jesuítas, de que teriam participado da conspiração que resultara em atentado ao Rei D. José I, em 3 de setembro de 1758. Os religiosos são seguidos sem que se apercebam, enquanto alguns são deslocados das missões em aldeias indígenas (VERRI, 2006).

As medidas atingem Roma e todo o Reino, alcançando particularmente Pernambuco, para “por em sequestro geral todos os bens móveis, e de raiz, rendas, ordinárias, e pensões que os sobreditos Religiosos possuem, ou cobrarem nas Províncias ou Território da mesma Casa da Suplicação” (COSTA, 1983, v. 6, p. 177). No comando administrativo e político, o governador da Capitania providencia carta ao Reverendo Padre Reitor Antonio José Correa, do Colégio de Olinda:

Todos os Religiosos estrangeiros da Companhia de Jesus que nelas se acharem nos conventos, hospícios, missões, fazendas, ou engenhos da sua administração, para na presente frota se recolher a Portugal, o que Vossa Reverencia fará executar na parte relativa a participar-lhe os avisos convenientes, a sem demora se porem a caminho para esta Praça, donde lhes facilitarei o embarque na forma que se me ordena. [...] Espero que Vossa Reverência não falte em concorrer quando estiver da sua parte para pronta e devida execução com que se deve satisfazer a referida ordem (COUTO, 1990, v. 2, p. 54).

De imediato, os Jesuítas são comunicados pelo bispo de Olinda que não mais poderiam exercer os ministérios sagrados, exceto aqueles que ainda estivessem nas aldeias indígenas. Ao secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Mello, o Bispo Dom Francisco Xavier Aranha envia carta, com a proibição daqueles padres de pregarem e confessarem. A ordem régia impunha que ficassem reclusos nos colégios, conforme deliberação da Junta composta pelo governador capitão-general Luís Diogo Lobo da Silva (1756-1763), pelo desembargador e ouvidor geral e pelo próprio bispo. (COUTO, 1990, v. 2, p. 92-3).

Aos habitantes da Capitania, e das anexas, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará são repassadas as medidas reais ao som de caixas. O bando¹ referia-se à restituição da liberdade dos índios e à posse dos bens para a Coroa e ao estancamento dos abusos cometidos pelos Jesuítas. Na sede da Capitania ouve-se:

Para que venha a notícia de todos e se não possa em tempo algum alegar ignorância, se publicará este Bando ao som de caixas na Cidade de Olinda e nesta Praça do Recife, e se afixará na Guarda da Ponte da banda de Santo Antonio, que a sentinela terá muito cuidado dele, recolhendo-o da chuva para que esta o não molhe e o tempo o não rasgue (COUTO, 1990, v. 2, p. 83-4).

A notícia corria e ao chanceler da Casa da Suplicação o envio de ordem régia é refeita em 23 de agosto de 1759, desta vez enviada a Luis Diogo Lobo da Silva, governador da Capitania. Em Olinda e no Recife, na noite de 7 de dezembro de 1759 as tropas cercam os Colégios dos Jesuítas. Os militares recebem ordens para usar força e violência em caso de resistência. São presos os religiosos, os aspirantes e os leigos ali residentes. Os demais, encontrados em engenhos, residências ou fazendas, ou recolhidos em missões, são postos sob escolta para a viagem de recolhimento. Como único objeto pessoal, o *Breviário*. Do Colégio de Olinda foram recolhidos ao do Recife onde “uma numerosa força armada guardava o estabelecimento” (COSTA, 1983, v. 6, p. 193-4).

Sem comunicação, os presos, alguns jovens, outros velhos e doentes, são enxotados pelas ruas até o cais para dali embarcarem em um navio com destino à Bahia e de lá deportados para o outro lado do Atlântico. “Os que sobreviveram às crueldades infligidas pelas criaturas de Pombal foram mandados para Lisboa”, confirma Charles Waterton, que complementa a informação dizendo terminar naquele momento um longo período de dedicação ao ensino, que “a mão arbitrária do poder em uma noite destruiu e expulsou a ciência [...] Virgílio e Cícero”. O centro de ensino, o Colégio do Recife, transforma-se em palácio do governador, tendo antes servido de abrigo para “um animal selvagem de Angola”, ou melhor, a um elefante, como registra, em 1816, o naturalista e viajante inglês, Charles Waterton, informação registrada em documentos sob a guarda do Arquivo Histórico Ultramarino, disponibilizado pelo *Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco*.

1 Bando é uma ordem ou decreto emitido por Governadores e Capitães Gerais, proclamado em pregão público, ao som de caixas ou afixado em lugar público, considerado também documento diplomático, tratando de questões cotidianas.

Em 22 de outubro de 1761, a carta régia dirigida ao governador Luís Diogo Lobo da Silva ordena a confiscação e a arrecadação dos bens dos Jesuítas. Os bens e as propriedades das casas onde os encontrassem são tomados e os documentos recolhidos e postos em segura custódia para posterior registro em livro de tombo. – Vale ressaltar que o registro patrimonial e administrativo do cabedal de bens e negócios administrados pelos Jesuítas efetuiu-se nas demais capitanias. Daí o significado nacional do documento em apreço.

As informações anotadas e descritas no “**Livro dos Bens Livres pertencentes aos Jesuítas dos Colégios de Olinda e Recife, Pernambuco**” formam um repositório de dados que retratam não apenas a forma de administrar riquezas, os valores econômicos atribuídos aos bens, mas reconstituem a forma de gerir e estimular a cultura, por meio da difusão da língua portuguesa nos colégios, dos modos de civilidade que se enraízam durante o longo período colonial, além de demonstrar e preservar o traçado urbano, por meio da localização das casas de morada nas vilas.

Por outro lado, de forma sucinta, as informações indicam e demonstram o arremate de várias propriedades pertencentes aos Jesuítas, mas provisoriamente em mãos de particulares. Quanto às posses, são também descritas algumas “moradas de casas” na Rua dos Quatro Cantos, em um local “junto ao Varadouro”, na Rua do Amparo. Tudo em Olinda. No Recife, aparecem detalhes de arrendamento de casas na “Rua de Luiz Ferreira”, na Praça do Polé, na Rua do Colégio, da Cruz, do Queimado, do Livramento, da Penha, do Rosário, das Trincheiras, do Fogo, da Senzala, Beco do Pacheco. Na Rua do Rosário, foram arrendadas algumas casas para vários “pretos”, como um tal Manoel Diaz. Também há a descrição de vários sítios nos Manguinhos, Soledade, Estrada de Belém, Santo Amaro e Santo André. Nomes que se mantiveram nos bairros. É registrado pelo menos um arrendamento de engenho, com bois e escravos, bem como o levantamento de várias “fazendas”. Há registro do valor de três escravos “que se libertaram”.

Enfim: As informações que compõem o arcabouço do **Livro dos Bens** carregam dados de um tempo e de um lugar no passado, que a cultura e a memória do presente apreendem em busca da consciência histórica registrada pela consistência da memória.

Conclusão

A informação, de natureza difusa e escorregadia, adquire consistência, significado, temporaneidade e valor quando disciplinarmente é apreendida

pela Ciência da informação, que interdisciplinarmente busca intercâmbio com um campo de saber específico. No caso, a História social vem auxiliar a construção do objeto de pesquisa, por meio de dados históricos registrados e nominados como a extinção e a expulsão da Companhia de Jesus, fato que gera, entre outros, a produção, em outras capitanias, de “livros de tombo dos bens dos Jesuítas”. Livros que por si só representam uma profunda fonte de pesquisa. São informações relevantes para a história socioeconômica, política e cultural do período colonial que fundamentam a memória coletiva, facultando a comunicação em redes diversificadas de interação.

Há que se destacar os espaços da e para a recuperação da memória nacional, aonde a conservação dos registros escritos, iconográficos, imagéticos, cartográficos e outros, definem e transmitem os movimentos do pensamento e da produção do patrimônio intelectual, artístico, literário e científico. Institucional e cumulativamente, os registros de memória abrigam-se em um lugar do presente, todavia, é onde o passado pode ser questionado, revisado, renovado, atualizado, reconceituado em busca de transferência de memória.

Referências

ANTONIL, A. J. **Cultura e opulência do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

ANTUNES, M. O Marquês de Pombal e os jesuítas. **Brotéria, cultura e informação**, Lisboa. v. 115, n. 2-4, p.123-142, ago./out. 1982.

ASSUNÇÃO, P. de. **Negócios jesuítos**: O cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: Edusp, 2004.

BRASIL. MINC. Projeto Resgate de documentação histórica Barão do Rio Branco. **Documentos manuscritos avulsos da Capitania de Pernambuco**. Ofício do governador da capitania de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo na charrua São José um elefante, pássaros e galinhas, vindos do Reino de Angola. AHU. Cx. 99, Doc. 7758.

CAPURRO, R. Past, present, and future of the concept of information. **Creative Commons License**, a. 7, n. 2, p. 125-141, 2009.

COSTA, F. A. P. da. **Anais pernambucanos**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1953.

COUTO, J. J. da C. **O Colégio dos Jesuítas do Recife e o destino do seu patrimônio [1759-1777]**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1990.

KEITH, H; EDWARDS, S. F. **Conflito e continuidade na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970

LATOURE, B. .Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas: memória dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995

MENEZES, U. B. de. Os paradoxos da memória. In: MIRANDA, D. S. de. **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Edições SESC, 2007. p. 13-33.

MIRANDA, D. S. de. **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana**. São Paulo: Ed. SESC, 2007.

PEREIRA, M. S. A crise do mundo da vida no universo midiático contemporâneo. **Revista Filosofia de Coimbra**, n. 8, p. 217-281, 1995. Disponível em: < http://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/a_crise_do_mundo>

SANTOS, F. L. A expulsão dos Jesuítas na Bahia: aspectos econômicos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 171-195, 2008.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**, globalização e meio técnico-científico informacional. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

VERRI, G. M. W. **Tinta sobre papel: livros e leituras em Pernambuco no século XVIII (1759-1807)**. Recife: EDUFPE, 2009.

UNESCO. **Memória do mundo:** Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Elaborado para Unesco por Ray Edmondson. Versão para português Maria Elisa Bustamante. Ed. rev. 2002. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Diretrizes%20para%20a%20salvaguarda%20do%20patrimônio%20documental.pdf>>

WATERTON, C. Second journey. In: _____. **Wanderings in South America.** Disponível em: <<http://ia200118.eu.archive.org/hdb1/texts/8wnsa10/8wnsa10.txt1>>

WEHLING, A. O pensamento jesuítico no Brasil colonial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 162, n. 410, p. 51-66, jan./mar. 2001.

Bibliotecas Comunitárias: Dispositivos de Ação

Lourival Pereira Pinto

Introdução

Bibliotecas comunitárias, principalmente as encravadas em favelas ou em bairros mais pobres da periferia ou de subúrbios, podem, e devem ser dispositivos culturais de ação. Essas ações se configuram como uma revolução simbólica que tem como elementos básicos a leitura, a reflexão, a discussão e as proposições. Entendemos que a contemporaneidade se pauta pela dominação simbólica, porém acreditamos detectar falhas nessa dominação, e que, a partir dessas falhas, as comunidades podem se articular para transformar as consciências das pessoas. O que discutimos aqui é esse estado de coisas que caracteriza a relação entre as comunidades dentro da contemporaneidade, e nesse *front*, as bibliotecas comunitárias podem se constituir como dispositivos estratégicos de transformação de consciências por meio das palavras.

Bem, para iniciar vamos falar um pouco sobre dispositivos e ação cultural. Denominamos dispositivos culturais as instâncias que podem exigir mediações. Tais dispositivos podem ter caráter institucional como museus, bibliotecas ou livrarias, ou caráter de unidade física, como livros, CDs, revistas ou jornais. Chamamos de unidade física porque esses dispositivos, além de serem passíveis de mediação, podem compor um acervo institucional. Mas, mesmo que um dispositivo como um livro não integre um acervo, ele é considerado um dispositivo, embora defendamos que um único livro não seja suficiente para empreender uma ação cultural de transformação, como veremos mais adiante. Por ora, vamos discorrer sobre os conceitos de ação cultural, compreendida como uma ação conjunta empreendida por um grupo de pessoas. Blumer (1969) argumenta que uma ação social compreende as seguintes fases: a auto-interação, a ação do sujeito, a interação social, os objetos e a ação social conjunta. Em primeiro lugar, o sujeito da ação deve ter um EU, e ter consciência de que, embora participando de um grupo, seu conhecimento de fundo e seu mundo psicológico interferem no seu envolvimento no grupo. Esse EU é o que pode determinar o seu papel na ação, delineando sua participação no alcance dos objetivos da ação, e isso é o que Blumer chamou

de ação do sujeito. A interação social acontece quando vários sujeitos em ação se conectam para pensar a ação a partir de seu contexto e objetos.

A interação social se baseia na significação que os sujeitos dão aos objetos que os circundam. Chamamos de objetos quaisquer fenômenos que se apresentam ao mundo circundante dos sujeitos. Objetos podem ser físicos (pedras, estrelas, sapatos, árvores) ou abstratos (sentimentos, pensamentos), e que representam significações para os sujeitos. Sabemos que objetos e seus conceitos variam no espaço e no tempo (PINTO, 2005), e que os grupos engendram ações de acordo com esse mundo de conceitos. Ao se estabelecer um recorte e uma interpretação dos objetos, os entes que existem no mundo ôntico se transportam ao mundo ontológico dos seres dos entes (objetos), e estabelecem o mundo dos conceitos (HEIDEGGER, 2004). O proletário de 1848 não é o mesmo proletário de 2012, assim como Jesus Cristo não tem o mesmo papel para judeus e cristãos. De acordo com essas premissas, a ação é constituída, tal qual pensada pelos participantes nos seus mais diferentes papéis, de acordo com a significação dos objetos do seu mundo circundante.

Segundo Vygotsky e Luria (1996), os objetos e os signos são os dois elementos básicos para uma ação de mediação, porque regulam as ações sobre o psiquismo das pessoas. Para Vygotsky, a interação se caracteriza pelo paradigma do sujeito diferenciado do sujeito passivo. A interação se estabelece na dimensão da relação com o outro, assim não somos sujeitos ativos e nem passivos, somos interativos. Freire (1997), diz que uma ação cultural não pode estar desvinculada de uma prática ideológica, porque além de seres de significação, somos seres ideológicos. Uma prática ideológica se pauta pela transformação de uma consciência dada em uma nova consciência produzida, capaz de induzir eventualmente modificações também no comportamento do indivíduo. Uma ação conjunta, seja ela qual for, contém, em seu cerne, uma intenção ideológica, que acaba se caracterizando pela busca de uma transformação, da comunidade e do sujeito. Uma ação deve fornecer aos homens o máximo de meios para a invenção, entre eles, de seus próprios fins (COELHO NETO, 1989).

A seguir, falaremos das bibliotecas comunitárias como dispositivos de ação cultural. Nesses espaços a ação é necessária porque são essas ações que justificam sua existência dentro da comunidade. A interação simbólica de Blumer, a ação cultural para a liberdade de Freire, fundamentadas na interação social de Vygotsky podem ter nas bibliotecas comunitárias, um terreno propício para ações de transformação social e política. Uma das ações primeiras de uma biblioteca é a mediação de leitura, porque é necessária para

a formação de leitores, e vemos as bibliotecas comunitárias como espaços propícios para a ação cultural que busca a emancipação da comunidade, a consolidação da cidadania, a articulação política, e a diminuição da brutal desigualdade de renda.

As bibliotecas e as comunidades

Por que existem as bibliotecas comunitárias? Esta é uma indagação a princípio ingênua, mas é na ingenuidade das perguntas que podemos encontrar as respostas que buscamos. E é nesse ato de buscar respostas que podemos partir para o conhecimento dos objetos que nos cercam. Bibliotecas comunitárias são aquelas criadas pela e para a comunidade e que se constituem como espaços para a emancipação da comunidade. De acordo com Botelho (2010, p. 22),

geralmente, as bibliotecas comunitárias surgem porque a população de alguma forma almeja transformar seu espaço, quase sempre marcado pela violência, jovens envolvidos com drogas, desemprego, precariedade nos serviços de saúde, educação e cultura. Levar informação através do livro, da leitura e atividades culturais a essas comunidades marcadas por privações de todos os níveis, é apontar um caminho diferente à marginalidade.

A razão de sua existência está intimamente ligada ao povo que a cerca, mas o motivo para serem criadas pela comunidade é a ausência de uma política pública que se preocupe com as demandas de informação e cultura dessa comunidade. Porém, qualquer política pública coerente, não pode se preocupar apenas com ações paliativas assistencialistas. Não se deve simplesmente encher uma casa de livros e doar algumas estantes, como tem sido feito sistematicamente desde a implantação do Instituto Nacional do Livro, na década de 30 até os pontos de leitura do Ministério da Cultura, que estabelece que uma coleção de livros deva ser doada a uma entidade que concorreu e venceu o concurso proposto pelo Ministério². Essa política de meras doações também é praticada por governos estaduais e institutos de empresas privadas³. Entendemos

2 Para mais informações, ver <http://www.cultura.gov.br/site/2008/09/25/concurso-pontos-de-leitura/>.

3 Ações como essas não levam em conta o estudo da comunidade para distribuição de livros, e/ou a formação de mediadores de leitura, que são práticas que aproximam os acervos das comunidades e facilitam a interação social. Preferimos não mencionar nomes de governos nem de instituições privadas.

que, em primeiro lugar, devem ser conhecidas as características da comunidade, antes de qualquer ação. Os traços culturais e as demandas de informação devem ser mapeados por um estudo que se propõe a implantar um serviço de cultura numa comunidade. Mas, mesmo assim, o ideal seria aguardar uma manifestação da comunidade, e fazer com que uma política pública vá ao encontro dessa manifestação.

Bem, mas quais são os objetos que cercam uma biblioteca inserida numa comunidade? Como vimos, os objetos variam de acordo com seus significados. “Uma estrela não é o mesmo objeto para um astrônomo e para um pastor de ovelhas da Antiguidade” (BLUMER, 1969, p. 69). Os objetos e seus significados que aqui caracterizamos compõem a cultura de uma comunidade, de um país, ou de uma época.

Cultura consiste em ideias, atitudes, atos e objetos, e ela existe em organismos (como ideias e sentimentos), no comportamento interpessoal e em objetos (WHITE, 2009). Assim, a cultura está condicionada a um dado contexto (tempo e espaço), que influencia essas três instâncias (organismos, comportamento interpessoal e objetos). Quando nos referimos a uma biblioteca comunitária, concordamos que ela está inserida num contexto cultural, e que tal contexto jamais deverá ficar desconectado das políticas de ação dessa biblioteca.

Vamos agora delimitar um conceito que para nós ainda não está muito claro. Como estamos falando de objetos e seus significados, vamos analisar o que significa comunidade. Entendemos por comunidade qualquer espaço onde pessoas convivem, se identificam, compartilham objetivos e preferências. Uma comunidade pode ser um bairro, uma vila, um espaço virtual, uma igreja, uma escola, um grupo de pessoas que compartilham ideologias, enfim, qualquer agregado que se caracteriza por alguns traços comuns de identificação. Refletindo sobre o conceito de comunidade, Suaiden (1995) a coloca como grupos reduzidos ou amplos, que através da interação humana, compartilham o modo de vida e do espaço, promovendo a coesão social. Nesse sentido, surgem várias iniciativas individuais ou coletivas de criação de bibliotecas em bairros e periferias, visando atender às demandas da comunidade a que se destinam.

Normalmente as bibliotecas comunitárias surgem em lugares de baixa renda, onde o poder público, por diversas razões, não chega. Normalmente, essas comunidades são assentamentos, comunidades agrárias, bairros da periferia e, sobretudo, favelas. Na cidade do Recife, nosso *locus* de atuação, algumas bibliotecas foram criadas dentro de

favelas. Para diferenciar essas comunidades de outras, vamos chamá-las de favelas, porque não vemos demérito nessa terminologia.

As referências que podemos fazer de uma favela é que, além de outras coisas, ela é desvinculada da cultura da classe média. No Recife, é possível notar diferenças culturais entre moradores da favela e de bairros da classe média ou de bairros à beira-mar. Quando dizemos cultura, interpretamos como os traços de um povo, traços que são configurados nas roupas, nas festas, nos gostos musicais, na culinária, etc. Assim, uma biblioteca nesse contexto é um espaço onde a comunidade deve se manifestar culturalmente. Quando afirmamos isso, deixamos uma dúvida pairando: será que uma manifestação cultural dita da elite não deve ser inserida nessa favela? A princípio, não saberíamos responder, mas passemos agora a refletir sobre essa antiga polêmica da boa e má cultura.

Cultura de massas x cultura de elite

Como vimos, cultura é o que identifica os traços de um povo, contextualizado no espaço e no tempo. Sendo assim, se partirmos de uma discussão cultural que se materializa nas manifestações da cultura, é possível identificar diferentes manifestações nas favelas e em outras comunidades. Acreditamos que seja melhor exemplificar nossa ideia de manifestação. Nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, o ritmo musical mais difundido é uma variação do funk, comumente chamado de *funk carioca*, que tem como característica uma batida chamada *pancadão*. Com letras associadas ao crime e ao sexo, esse ritmo é uma manifestação do cotidiano das favelas dos morros cariocas, onde a prática criminosa é associada à prostituição e ao uso de drogas. O ritmo começou a ser difundido no Rio de Janeiro a partir da década de 80, e, desde então, se reinventa e espelha aquilo que mais acontece nas sombrias ruas dos subúrbios cariocas. Sabemos que esse ritmo musical se espalha pelas periferias das grandes cidades brasileiras, o que nos leva a constatar que há uma massificação cultural que leve a uma identidade cultural dessas comunidades.

Na cidade do Recife, o ritmo mais ouvido nas favelas é o *brega*, que, de maneira semelhante ao *funk carioca*, recorre à expressão do cotidiano das favelas. A pergunta que se faz é: seriam esses ritmos reflexos de uma 'baixa' cultura? Essa cultura seria antagônica à cultura de elite? Se nos ativermos à definição de cultura de White, vamos concluir que não existe cultura de elite ou de massa, mas que existe simplesmente cultura. Uma definição mais clássica

argumentaria que a cultura de massa (ou popular), é formada por manifestações do povo, retratada em danças, músicas, poesias, etc. e que a cultura de elite (ou erudita), é composta por obras clássicas, expressas em livros, músicas, óperas, peças de teatro. Na nossa definição, estas são obras que não se restringem à um contexto espaço-temporal, mas que atravessam épocas e gerações, resgatando para sempre um contexto que, por diversas razões, permanece imortalizado⁴.

Bem, essa aparente divagação é para justificar a discussão que empreenderemos a seguir. Retomando à ação cultural, uma biblioteca comunitária encravada numa favela deve propor ações que busquem a emancipação do seu lugar e dos seus moradores. A ação básica ou primeira, como vimos, é a formação de leitores, que é uma prática social que procura estabelecer uma rede de cidadãos críticos e reflexivos. Além de formar leitores, uma ação cultural deve, em todas as suas instâncias, esgotar as possibilidades de mediação. Quando dizemos mediação, isso significa que atentamos para uma mediação cultural, que engloba a música, a literatura, o cinema, as artes, etc., e por isso se justifica a existência de um acervo, para que haja múltiplas possibilidades de conhecimentos de mundos. Bem, na articulação dessas mediações, o mediador deve pensar sempre nas identidades (ou significações) e nas memórias da comunidade onde a biblioteca está inserida. Assim, deve ser um dispositivo que preserva a cultura local, e cuja preservação é baseada nos registros das memórias, e na divulgação e consolidação da cultura contemporânea. Pode acontecer que numa determinada região o samba era um ritmo tradicional, e hoje em dia o ritmo predominante e consumido seja outro, e que o samba esteja sufocado por essas possíveis outras manifestações. É fundamental que uma biblioteca, que é um espaço de memória, se preocupe com o presente, não deixando o passado se apagar. Além de mediar a cultura, uma biblioteca deve propor a permanente construção da cultura de uma comunidade. Assim, uma ação cultural deve se fundamentar na memória, na contemporaneidade e na produção cultural.

É importante refletir sobre o que diz Connor (2000) a respeito do pós-modernismo e da política cultural:

Articular questões de poder e valor na pós-modernidade é com frequência identificar princípios centralizadores – do eu, do gênero, da raça, da nação, da forma estética – para determinar o que esses centros empurram para as suas periferias silenciosas ou invisíveis. (p. 184).

4 Como exemplos disso podemos mencionar a música clássica da Áustria e Alemanha nos séculos XVIII e XIX (Mozart, Bach, Vivaldi, Strauss, etc), a literatura russa do século XIX (Tolstói, Dostoiévski), e no Brasil, o movimento rock/Pop dos anos 1980.

O que um dispositivo de ação cultural deve propor é uma política cultural que ascenda sua própria cultura para além dos muros dessa periferia ‘silenciosa’. É uma espécie de guerrilha, porque os povos silenciados não podem apenas reproduzir o pensamento alheio, assim como também não devem aceitar a condição de marginalizados, porque assim suas vozes serão sufocadas, perpetuando estruturas repressivas de pensamento. Connor toca num ponto crucial para esse entendimento sobre cultura, e esse ponto é a forma estética. Em que medida o gosto estético pode influenciar nas múltiplas possibilidades de mediação e ação cultural? Se um mediador considera que tal ritmo musical ou determinado poema não lhe produz um efeito estético, essa obra não deve ser mediada? É um aspecto delicado da mediação, mas, para além da própria fruição estética, a mediação deve propor o universo de possibilidades que induzam à reflexão. Há algumas experiências interessantes já relatadas no universo da mediação cultural⁵. Essa ação cultural, evidentemente, também é uma construção política. Assim como Connor, que enfatiza a necessidade da manifestação periférica, Bourdieu (2000), se referindo às lutas pela identidade étnica ou regional, afirma que, em alguns casos, essas são lutas pelas classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de impor a definição legítima, de fazer e desfazer grupos.

Com efeito, o que nelas (as lutas) está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e a identidade do grupo (Bourdieu, 2000, p. 113).

Bourdieu afirma que a classificação desse mundo social, naturalmente, impõe a divisão, refletindo na formação da identidade do grupo, e estabelecendo uma espécie de dominação simbólica. Uma revolução simbólica levantaria uma subversão contra essa dominação, resultando numa possível reapropriação coletiva do poder sobre os princípios de construção e avaliação de sua própria identidade.

5 Num experiência com ensino de arte numa escola da periferia do Recife, uma mediadora cultural enfrentou, a princípio, problemas para mediar uma obra clássica de arte, o *baile no moulin de la galette, de Renoir*. Mas, a partir de diálogos com os alunos, ela levantou a seguinte questão: será que os personagens da obra, vestidos com roupas antigas, e vivendo num mundo antigo, estavam dançando um *brega* ou um *funk*? A mediadora construiu essa hipótese, tocando músicas atuais, mas, aos poucos, foi induzindo os alunos a ouvir uma peça clássica. Dessa maneira, ela mostrou uma manifestação cultural contemporânea a eles, mas também uma manifestação clássica de outro contexto, ou seja, mostrou possibilidades para que eles pudessem fazer escolhas.

Não há como negar que essa reapropriação é uma tarefa complexa, do ponto de vista de uma ação cultural que busque agregar as memórias, as identidades, e as culturas. Nos meandros dessa complexidade, a mediação deve ter consciência para que o equilíbrio seja constante. Fica evidente que essa mediação é uma das representantes da revolução simbólica, dotada de consciência política, e que fortaleça as relações entre a comunidade e o mundo, numa possibilidade de troca cultural. Bibliotecas comunitárias são espaços de memórias e de possibilidades de emancipação, e já dissemos isso. Mas para além da formação de leitores e de discussões estéticas, o que está em jogo é essa permanente tensão entre dominação e revolução simbólica, que, embora, muitas vezes, sorradeira, ela não deixa de existir, e está pairando no ar, esperando ser compreendida e trabalhada. Por isso, vamos defender, na próxima seção, que as bibliotecas são o lugar da palavra e das consciências.

A ação cultural nas bibliotecas

As políticas públicas de leitura sempre se caracterizaram pela simples distribuição de livros (MILANESI, 1991), como se apenas o acervo bastasse para suprir a necessidade de informação de uma comunidade. Reconhecemos que, atualmente, o Ministério da Cultura, via Fundação Biblioteca Nacional timidamente tenta ampliar suas ações, criando formações de mediadores e pensando nas outras vertentes, como gestão e ambiência. Vemos com otimismo a implantação do Plano Nacional do Livro e da Leitura, que desde 2006, procura colaborar com políticas públicas em estados e municípios. Os eixos de ação do PNLL (2010, p. 51-55) são:

- **Democratização do acesso:** implantação de novas bibliotecas, fortalecimento da rede atual de bibliotecas, conquista de novos espaços de leitura, distribuição de livros gratuitos, melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura, e incorporação e uso das tecnologias de informação e comunicação.
- **Fomento à leitura e à formação de mediadores:** formação de mediadores de leitura, projetos sociais de leitura, estudos e fomentos à pesquisa nas áreas do livro e da leitura, sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial, e prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura.
- **Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico:** ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em Política de Estado, ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da

leitura, e publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura.

- **Desenvolvimento da economia do livro:** desenvolvimento da cadeia produtiva do livro, fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura, apoio à cadeia criativa do livro, e maior presença no exterior da produção nacional literária e cultural editada.

Percebemos que o Plano procura contemplar todas as manifestações possíveis do livro, da leitura e da biblioteca. Mas para que os planos venham a ser efetivamente implantados nas cidades e nos estados, é necessária uma mobilização de um grupo com o objetivo de criar uma política de Estado permanente para favorecer o livro, a leitura, e, sobretudo, a sustentabilidade das bibliotecas comunitárias. Porque uma biblioteca não se sustenta apenas com doação de acervos, estantes e formação de mediadores (ainda que precária, mas voltaremos a esse assunto mais adiante). É preciso que a comunidade se articule para que uma política sustentável seja implantada, mas antes dessa ação, a comunidade deve compartilhar de mundos e significados semelhantes. Uma biblioteca na comunidade pode ser o ponto de encontro para que os seres de significação compartilhem os mesmos conceitos de livro, leitura e biblioteca.

Os objetos livro, leitura e biblioteca devem ser pensados como fundamentais para a melhoria de vida da comunidade, no sentido de serem dispositivos que podem fortalecer a cultura, construir conhecimentos, favorecer empreendimentos e transformar as consciências por meio de uma ação política e uma prática ideológica/pedagógica..

Algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) vêm trabalhando para melhorar o quadro da leitura no Brasil. O Instituto C&A, desde 2006, conduz o programa *Prazer em Ler*, apoiando escolas, ONGs e bibliotecas comunitárias num esforço de conciliar mediação, acervo, gestão e ambiência (PRAZER EM LER, 2007). Embora louváveis, essas ações ainda são ínfimas perto da grande seara que existe nas inúmeras favelas brasileiras. Conhecendo algumas dessas bibliotecas, notamos a precariedade das instalações, da gestão, da organização do acervo e da mediação, mas, além disso, e o mais importante, senão fundamental, é que os gestores têm que compreender que a comunidade deve ser envolvida nas ações.

O trabalho cultural deve, antes de tudo, ter noção de que a biblioteca está ali para a comunidade. É ali que a comunidade da favela deve se identificar, ler, conhecer, se relacionar e empreender ações sociais e políticas que tornem possíveis sua emancipação e busquem diminuir a desigualdade entre eles e a

classe média. Não é uma tarefa fácil⁶, mas é necessária, porque um espaço que torne possível ações culturais e sociais são, a nosso ver, uma das pouquíssimas saídas para transformar pessoas que buscam uma melhor qualidade de vida, ou um novo mundo.

Entendemos e defendemos que entre todas as ações possíveis, a leitura, como prática social, é a base para se construir todas as outras ações. A leitura é o elemento primordial para que se estabeleça na favela um diferencial de informação e conhecimento, por isso, bibliotecas comunitárias devem, antes de tudo, engendrar ações para tentar formar leitores. Segundo Pascoal (2010), 36% a 58% dos alunos brasileiros são incapazes de entender corretamente o que leem. Não temos dados em relação a favelas, mas podemos imaginar que nesses lugares, a situação seja ainda mais dramática. Não é possível sermos inseridos na chamada sociedade do conhecimento se as estatísticas apontam dados tão alarmantes. Obviamente que poderíamos aqui discorrer sobre a qualidade da educação brasileira, ou sobre o desinteresse do poder público em melhorar esses dados, mas não é nosso foco aqui. O que pretendemos é mostrar que as bibliotecas comunitárias são dispositivos que, além de formar leitores, são espaços de ação para o seu contexto cultural.

Mas o que seriam essas ações culturais? Basicamente, são ações que buscam dar vida aos livros de uma biblioteca. É na leitura de um livro que as palavras ganham vida e envolvem leitores e mediadores numa atividade transformadora. A leitura é subversiva e transformadora, porque incentiva a imaginação de leitores, transportando-os para um mundo possível. São nas referências das leituras que leitores vão construindo seus conhecimentos e se transformando ao longo de suas leituras. Não é uma tarefa fácil e nem imediata, por isso o mediador deve ter consciência do seu papel numa biblioteca, se equilibrando no limite tênue entre a facilitação e a imposição da leitura. Entre essas ações, a principal é a mediação de leitura, que associada à organização do acervo e à gestão do espaço, faz com que as palavras fluam nas consciências dos leitores, porque a biblioteca é o lugar da palavra e da consciência.

A mediação de leitura

Entendemos como mediação o ato de interferir entre um dispositivo e um indivíduo ou grupo de indivíduos. A palavra *mediador* vem do latim

6 Há relatos de mediadores que desistiram do trabalho por conta de vários fatores, entre eles, a precariedade das instalações, a ausência de perspectiva, a demanda imediatista dos usuários, e a imensa dificuldade de formar leitores num ambiente onde a maior parte dos jovens tem uma escolarização precária, e o analfabetismo é comum entre crianças que, em idade escolar, já deveriam estar alfabetizadas.

mediatore, que significa aquele que intervém (MORO; ESTABEL, 2012). Entendida como a relação do homem com o mundo, a mediação tem como elementos básicos o signo e os objetos. Sim, esses dois elementos são básicos, porque a mediação em si se caracteriza pela relação. As significações de mundo (objetos, signos), são os fundamentos para a mediação (relação). Numa proposta de ação de mediação, as relações acontecem entre o mediador e o mediado. Nesse processo, o mediador em uma biblioteca comunitária deve ter consciência do seu papel político, social e cultural, porque, por meio de uma mediação é possível transformar consciências. Uma pergunta que pode surgir dessa afirmação é: quais estratégias utilizar para possibilitar o acesso à informação e formar leitores? Bem, responder a essa pergunta não é fácil, porém, antes de tudo, o mediador deve ser um leitor.

Somente um leitor pode formar novos leitores. Essa afirmação pode ser discutida, mas essa é uma verdade na qual acreditamos. Se há verdades absolutas e relativas, então essa é nossa verdade absoluta, porque não há como formar leitores sem paixão pela leitura. Um leitor inveterado jamais desanimará diante das enormes dificuldades que existem para formar leitores nas favelas e periferias, porque ele sabe os benefícios que a leitura pode trazer. Quando dizemos que bibliotecas comunitárias são dispositivos de ação, queremos que os leitores entendam uma coisa: muito além de um armazém de livros, esses espaços devem ser vivos, e vidas só se resgatam por meio de ações.

De acordo com Riter (2009), o planejamento de uma mediação passa por quatro fases: motivação, leitura, exploração e extrapolação, e nesse processo, que muitas vezes pode ser simultâneo, a exploração é a fase de aprofundar o texto e discutir a contextualização da obra, ou seja, compreender a intenção da obra e do autor. A extrapolação é o momento de recriação e, ou de interpretação da obra. É o momento em que entra em cena o ato de produção dos leitores, o que Lévy (1996) chama de retórica⁷. Nesse momento delicado, o mediador deve ‘encarar’ as contextualizações de obra, leitor e autor, propondo uma reinvenção da obra a partir do universo do leitor. E essa criação deve ser ousada, porque é o momento em que o texto e leitor podem dialogar para a criação do novo, do inesperado.

Jamais podemos nos esquecer: a motivação deve ser proposta a partir das vivências e interesses dos leitores, estimulando, aos poucos, sua curiosidade

⁷ Segundo Lévy, a gramática é o fundamento da virtualização, enquanto a dialética e a retórica são o seu apogeu. “A retórica reúne as operações de criação do mundo humano, tanto na ordem da linguagem quanto na ordem técnica ou relacional: invenção, composição, estilo, memória, ação” (Lévy, 1996, p. 94).

para além do seu mundo. Assim, se um menino gosta de futebol, o mediador pode planejar uma mediação a partir de informações sobre seleções nacionais, ou mesmo curiosidades sobre seu clube de coração. Nesse diálogo, ele pode se formar uma teia de textos, sons, imagens, relacionados aos interesses do mediado e aos objetivos do mediador.

De todas as formas de mediação, acreditamos que a mediação literária é a mais adequada para formar leitores. A leitura literária é libertadora, subversiva e convida à imaginação. Esses três elementos são suficientes para afirmar que a leitura é transformadora. Por isso que a exploração e a extrapolação da leitura são necessárias para que essa transformação aconteça. A escolha dos textos a serem mediados deve apresentar diversidade de gêneros, para que o leitor possa navegar entre diferentes perspectivas de linguagens. Outro fator fundamental é a intertextualidade, que faz com que o leitor perceba as relações existentes entre as diferentes ou iguais formas de linguagem (PASE; CRUZ, 2012). Propostas como *veja o filme, leia o livro*, são contempladas nesse aspecto. O mediador também deve propor leituras de textos diferentes, mas que mantêm entre si alguma forma de conexão, e desafiar o leitor a ‘desvendar’ tal conexão (ou conexões). Numa relação como essa, o mediador jamais deve perder a paixão pela leitura, e tentar ‘contagiar’ o mediado com essa paixão.

Já dissemos anteriormente que a biblioteca é o espaço da palavra e da consciência. Sim, da palavra porque é ela que permeia todo o processo de mediação. Palavras que são lidas, palavras que são faladas, palavras que são produzidas. É por meio do signo (palavra) que mediadores e leitores se expressam, descortinam o mundo e reinventam seus próprios mundos. Na extrapolação, as interpretações acontecem de acordo com a visão de mundo de cada leitor. A partir de seus conhecimentos prévios, o leitor analisa as palavras lidas, e o que essas palavras representam para ele. Isso pode se dar de maneira diferente para cada leitor, dependendo do repertório de informações de cada sujeito. Numa leitura (textual, de imagens, de sons, etc.), os fenômenos se apresentam às nossas consciências como um mundo entre parênteses (HUSSERL, 1996), ou seja, um mundo reduzido que nossa consciência apreende, analisa e interpreta de acordo com nossos conhecimentos prévios. A partir daí, a cada nova informação recebida nossas consciências vão se ‘ampliando’. É um espiral que nos permite construir e gerir nossos próprios repertórios e conhecimentos. Alguns poderiam argumentar que esse processo se dá na escola, e nós concordaríamos, mas de posse de nossos repertórios argumentaríamos que a educação e o letramento

das crianças nas favelas não são assim dos mais desejáveis⁸.

Bem, se concordamos que a espiral do conhecimento é necessária e que a cada informação os repertórios vão se ampliando, concluímos que uma mediação de leitura pode transformar consciências. E o que são as mediações? Não são ações de transformação de consciências por meio das palavras? Acreditamos que sim, e nem estamos falando ainda da consciência política ou social, mas apenas na transformação de consciências numa perspectiva de ampliação de conhecimentos, que vai possibilitar que os leitores, cada vez mais, apreendam as informações de uma maneira mais crítica e reflexiva.

Finais

Na seção anterior mencionamos a transformação de consciências por meio das palavras. Já falamos também da relação entre cultura, dominação simbólica e revolução simbólica. Agora nos resta misturar tudo isso e buscar uma reflexão que dê conta de justificar esses elementos na defesa das bibliotecas como espaços de ação cultural. Obviamente que as bibliotecas são espaços de gestão, onde alguns aspectos devem ser ressaltados. Ela necessita de organização (da gestão, dos serviços e dos acervos), e deve também ser entendida como um lugar de memória. Esses aspectos são fundamentais para uma racionalização dos trabalhos e para que a face das bibliotecas tenha um apoio de bastidores. Para nós fica claro que os bastidores não podem ser o limite das bibliotecas, seja ela de qual tipo for (comunitárias, escolares, públicas, etc.). Mas, nas comunitárias essa característica é mais evidente, porque elas estão na base, na formação de um povo que não tem acesso amplo às informações básicas.

Quando nos referimos ao acesso às informações, queremos ressaltar que não se trata simplesmente de ouvir uma única fonte, pasteurizada, filtrada e direcionada por um canal de televisão, estação de rádio, redes sociais ou páginas de periódicos. É necessária a comparação de fontes, a consciência dos fatos anteriores e causais das informações. O que configura a ação de uma biblioteca nesse sentido é tornar disponíveis as fontes e propiciar discussões a respeito dos fatos e eventos. A condução desse pensamento deve ser feita com uma mediação que permita avaliar os diversos pontos de vista e os desejos e

8 Preferimos não aprofundar essa questão, até porque não dispomos de dados conclusivos. O que queremos dizer com isso é que, pela nossa percepção de mundo, compreendemos que as crianças das favelas têm menor acesso às informações e pouca qualidade na educação recebida nas escolas formais. Nossas consciências não nos permitem negar isso. Assim, se defendemos que as bibliotecas comunitárias são dispositivos de ação, elas são sim, necessárias à complementação da formação dessas crianças, além de serem espaços de memória das produções da comunidade.

necessidades da comunidade. Isso pode acontecer em reuniões sistemáticas com grupos, mesmo que sejam pequenos⁹, buscando pensar o universo de coisas que envolvem a comunidade e o mundo que a circunda, e que interfere direta ou indiretamente nela. Para que aconteça uma revolução simbólica (ou qualquer outro tipo de revolução) é preciso antes conhecer o dominador. Uma resistência se dá quando conhecemos os que nos dominam, sabemos dos seus interesses, e, dessa maneira, podemos criar ações de resistência e revolução.

As bibliotecas comunitárias precisam fazer com que a comunidade se conheça, e se reconheça no processo de poder simbólico. Há aqui uma dupla, se assim podemos chamar, frente de atuação. Por um lado, as bibliotecas comunitárias devem propor e levar adiante uma consolidação das memórias e das significações da comunidade, e por outro lado devem fornecer informações dos mundos que se interconectam com ela. Essa interlocução faz com que as comunidades se posicionem de maneira estratégica perante as, digamos, tendências dessa contemporaneidade avassaladora, com suas múltiplas facetas e suas enxurradas de ‘informações’.

Chamamos de contemporaneidade aquilo que alguns chamam de pós-modernidade, e que se caracteriza por sua velocidade, superficialidade e desapego (Bauman, 2009). Se a dominação simbólica se pauta por essas características, acreditamos, e há sempre que se acreditar, que tais características são pontos fracos nessa ‘dominação’. Não temos interesse em fazer ‘panfletagem’, nem tampouco propor uma luta de classes, no sentido marxista-leninista. Porém, numa contemporaneidade onde as reflexões são mais escassas, e que a leitura cada vez mais deixa de ser interessante, vislumbramos um caminho por onde as comunidades podem trafegar, configurando-se numa revolução simbólica.

Ao despertar o interesse pela leitura e formar leitores, as bibliotecas comunitárias estão formando a base para a formação de um novo pensamento. Ou nem tão novo assim, porque poderíamos considerar esse processo como um resgate de um mundo aparentemente perdido. Ao propor grupos de leitura e discussão, as bibliotecas comunitárias estão ampliando o poder de reflexão das pessoas, e, como consequência, criando uma resistência contra a dominação simbólica. E essa revolução passa necessariamente pelas palavras e pela transformação das consciências. Os grupos de resistência não podem incorrer nas mesmas falhas da contemporaneidade, ou seja, fugir da reflexão, do apego e do tempo necessário para que a transformação cause o efeito

9 Grandes transformações podem começar a partir de pequenos grupos, desde que sejam determinados e persistentes. A ampliação se dá em constantes ações culturais (políticas, ideológicas, sociais).

desejado. E, além disso, os grupos não podem se conformar com o consumo apenas de bens culturais ‘destinados’ a eles.

Não há dúvidas de que as bibliotecas comunitárias devem ser fortalecidas. E se esse fortalecimento não vem de políticas públicas, deve vir de uma articulação em rede entre esses espaços e suas comunidades atendidas. As bibliotecas, quando pensadas e fortalecidas não são apenas símbolos de resistência, mas se configuram como espaços destinados a ações culturais e políticas de uma revolução simbólica que transforma consciências por meio das palavras.

Referências

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.

BLUMER, H. **Symbolic Interactionism: perspective and method**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1969.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOTELHO, C. do N. **A formação do bibliotecário e as bibliotecas comunitárias**. 2010. 53 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

CONNOR, S. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

COELHO NETO, J. T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

HEIGEGGER, M. **Ser e Tempo**, parte 1. 13 ed. Petrópolis, RJ; Bragança Paulista, SP: Vozes; Universidade São Francisco, 2004.

HUSSERL, E. **Investigações lógicas, sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento**. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Os Pensadores).

MILANESI, L. **A Casa da invenção**. São Paulo: Siciliano, 1991.

MORO, E. L. da S.; ESTABEL, L. B. Mediadores de Leitura na Família, na Escola, na Biblioteca, na Biodiversidade. In: NEVES, I. C. B.; MORO, E. L. da S.; ESTABEL, L. B. (Org.). **Mediadores de Leitura na Biodiversidade**. Porto Alegre: Evangraf; SEAD; UFRGS, 2012. p. 41-63.

PASCOAL, I. Dados da educação no Brasil. **UOL Mais**. 2010. Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/m0yiwic42nfl/dados-da-educacao-no-brasil-04029B3860E4812326?types=A>>. Acesso em: 14 set. 2012.

PASE, B. M.; CRUZ, M. C. A. V. da. A importância da intertextualidade e dos gêneros literários para a Mediação da Leitura. In: NEVES, I. C. B.; MORO, E. L. da S.; ESTABEL, L. B. (Org.). **Mediadores de Leitura na Biodiversidade**. Porto Alegre: Evangraf; SEAD; UFRGS, 2012. p. 115-138.

PINTO, L. P. **A representação documentária e o paradigma social**. 2005. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PNLL: Plano Nacional do Livro e Leitura: textos e história, 2006-2010. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PRAZER EM LER: registros esparsos da emoção do caminhar na leitura. [São Paulo]: Instituto C&A; CENPEC, 2007.

RITER, C. **A formação do leitor literário em casa e na escola**. São Paulo: Biruta, 2009.

SUAIDEN, E. J. **Biblioteca Pública e Informação à Comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a História do Comportamento**: o macaco, o primitivo e a criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

WHITE, L. A. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

Reflexões acerca das obras raras como bens culturais e de memória em bibliotecas

Lílian Lima de Siqueira Melo

Introdução

O livro desde os primórdios sempre despertou cobiça e cuidado. Por muitos anos as sociedades, os governos e as igrejas temeram os livros e seus conteúdos. Havia um medo enorme do que a leitura poderia provocar nas pessoas. Algumas obras eram vistas como um problema, pois disseminavam conhecimentos que eram considerados perigosos para a ordem do mundo, estes conhecimentos poderiam transformar as pessoas e estas pessoas transformariam tudo ao seu redor. Uma comprovação disto foi a “bula de Leão X dizendo a D. Manuel temer que Martinho Lutero disseminasse na Espanha seus livros em traduções espanholas, pelo que, exorta a que nem a mais pequena folha dos ditos livros seja recebida no Reino” (SILVA, 2007, p. 1).

A censura literária causou grandes perdas. Muitos livros foram queimados pelo Santo Ofício da Inquisição, outros proibidos de circular. Dos livros destruídos, cerca de 60% foram por destruição voluntária, isto ressalta que os biblioclastas ao destruírem os livros intencionavam destruir a racionalidade que eles representavam. (BÁEZ, 2004).

De forma natural e em grande intensidade ocorreu a deterioração de boa parte dos livros, subproduto mais visível dos muitos fatores que se combinaram para ameaçar a longa vida dos registros de informação. Este problema ainda persiste, e vem despertando debates acerca de propostas de programas de preservação em bibliotecas (YAMASHITA, 2006).

O livro sofreu uma grande evolução no que se refere a seu formato. Yamashita (2006, p. 173) relata que “a transmissão do conhecimento e da própria história era por meio de narrativas, seja pela inexistência da escrita, seja pela falta de suportes duráveis que pudessem servir para esse fim.” Com a evolução das atividades humanas, foram descobertos suportes que poderiam ser empregados para registrar todo o conhecimento oral. Na antiguidade, os povos usavam materiais disponíveis, como vegetais, animais e minerais para inscrever os primeiros registros. O Pergaminho substituiu o papiro, o papel o pergaminho, os bytes substituíram os átomos e as telas o papel. Mesmo com

toda esta mudança de suporte, o livro continua tendo a mesma importância, pois é um universo restrito de manifestações culturais onde e são registrados e compartilhados conhecimentos.

As bibliotecas atuam como sistemas formais de preservação e memória dos saberes e do conhecimento público de natureza científico, tecnológico e cultural (ZIMAN, 1979). Seus acervos são organizados várias coleções como: livros, materiais cartográficos, iconográficos, manuscritos, periódicos, obras raras, entre outras.

O acervo de obras raras é composto de vários tipos de documentos que são considerados patrimônio devido ao seu valor cultural. Por ser uma coleção singular e de valor inestimável, cabe as bibliotecas estabelecer critérios qualificadores para desenvolver as coleções e utilizar políticas e práticas adequadas para preservação.

Diante disso, pretendemos neste artigo refletir sobre a necessidade reconhecer e preservar o patrimônio bibliográfico e documental, em especial os livros raros, com vistas a salvaguardar a memória e manter viva nossa cultura.

Preservação do Patrimônio Bibliográfico e Documental

As questões de preservação aqui no Brasil são recentes. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei Nº 378, com a finalidade de preservar o universo diversificado dos elementos que compõem a sociedade brasileira. Com isso, todas as atividades que envolvem preservação, divulgação e fiscalização dos bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações, são competências deste órgão (IPHAN, 2011).

Segundo Rodrigues (2006), o conceito inicial de patrimônio cultural no Brasil foi construído de modo evolutivo baseado em três fatos: a Semana de Arte Moderna de 1922, o Estado Novo e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Porém a defesa do patrimônio atuava de cima pra baixo (concepção elitista). Com a constituinte brasileira no final dos anos 80, alguns intelectuais resolveram construir um conceito mais dinâmico e que favorecesse o exercício da cidadania, este conceito teria uma abordagem de baixo pra cima (concepção social e política). Dessa forma, compreende-se como patrimônio cultural brasileiro os bens culturais referentes à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos que formam a sociedade brasileira.

Bens culturais “são todas as atividades e modos de viver e agir de um grupo, bem como a materialização da manifestação de sua cultura” (FUNDARPE, 2009, p. 9). De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 216, são considerados bens culturais:

as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2011).

Como pode ser visto no art. 216 acima, documentos e obras com valor histórico e cultural, também são considerados patrimônio. Sendo assim, as coleções de livros raros também fazem parte deste rol e necessitam de toda a atenção por parte da sociedade e dos órgãos públicos no sentido de desenvolver projetos para preservação a fim de salvaguardar estes bens culturais.

Muitos acervos documentais e bibliográficos de instituições públicas e privadas não estão em bom estado de conservação, seja pela sujeira, degradação do papel, ataques de insetos, temperatura entre outros males. Diante disso devem ser adotadas ações de preservação como: higienização periódica, armazenagem em local climatizado, com controle de umidade e de iluminação e prevenção de fungos e ácaros. O material bibliográfico precisa ser revisado periodicamente para detectar obras que necessitem de restauro, reparos ou encadernação. É importante adotar uma política de preservação com vistas a conservar o conhecimento humano produzido e registrado. Se estas instituições tomarem consciência da importância de um bem cultural, consequentemente será mais fácil a preservação e conservação deste bem.

O plano nacional de cultura, instituído pela lei 12.343 de 02 de dezembro de 2010, capítulo 02, art. 3, atribui ao poder público as seguintes competências:

garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (LEI, 2011).

Como vimos acima, danos ou perdas irreparáveis dos acervos bibliográficos e documentais são considerados de responsabilidade do poder

público. Porém a biblioteca pública e a sociedade podem e devem atuar unidas na preservação deste patrimônio. A biblioteca, partindo do princípio que uma de suas funções sociais é conservar o patrimônio cultural bibliográfico de modo eficiente e eficaz, e, a sociedade, através da participação na formulação e execução de políticas e medidas de preservação de bens culturais. Sendo assim a proteção do patrimônio bibliográfico e documental constitui um assunto de todos onde cada um deve fazer a sua parte preservando, defendendo e promovendo nossas heranças culturais.

Crítérios Norteadores para Qualificação de Obras Raras

Ao desenvolver a coleção de obras raras, as bibliotecas tendem a utilizar critérios de raridade bibliográfica para distinguir se um livro é ou não é raro. Uma obra é considerada rara de acordo com alguns atributos como a excelência literária, a perfeição tipográfica, a procedência, o conteúdo (RODRIGUES, 2007). Para Martínez de Sousa (1989), raro é um “livro que pelo assunto de qual trata, pelo número pequeno de exemplares impressos ou conservados e pela sua antiguidade ou outra característica ou circunstância se converte em uma exceção”.

De um modo geral, os critérios de raridade estão vinculados à ideia de antiguidade e valor histórico-cultural. Oliveira (1985) classifica as obras raras em duas categorias: as comprovadamente raras – enquadradas no critério cronológico - e as circunstancialmente raras – enquadradas em critérios designados por instituições ou colecionadores, estas últimas nem sempre são consideradas raras.

Embora ainda não exista uma norma ou política nacional que oriente a identificação e qualificação de acervos raros, muitas bibliotecas costumam elaborar seus procedimentos seguindo exemplos de outras instituições e/ou adotando uma determinação própria de raridade. Por isso ao observar as coleções, percebemos que não existem critérios absolutos, tudo é passível de interpretações.

De acordo com Sant’Ana (2001), existe uma divergência entre os pontos de vista dos colecionadores e dos profissionais de bibliotecas quanto à definição do que seja uma raridade bibliográfica. Ambos reconhecem o valor histórico de uma obra antiga ou de um clássico, porém os colecionadores não consideram à antiguidade de uma obra como critério de raridade e, sim, como sinônimo de algo valioso. Já as bibliotecas, referem-se à data como um dos principais critérios de raridade, pois veem na obra a sua probabilidade de uso,

o valor histórico e não o simples valor monetário.

As bibliotecas utilizam manuais e guias para a catalogação de obras raras, como: **Guidelines on the selection of general collection materials for transfer to special collections**, da Associação Bibliotecária Americana, em Chicago, nos Estados Unidos, **Anglo-American Cataloging Rules**, **International Standard Book Description** e **Descriptive Cataloging of Rare Books**. Em geral estas normas de catalogação definem como raros todos os livros publicados até 1801, independente da quantidade de exemplares existentes. As obras recentes, publicadas de forma artesanal, geralmente recebem uma catalogação especial, conforme a política de cada instituição. (SANT'ANA, 2001).

A BN é reconhecida como uma autoridade no quesito de obras raras. Em seu site podemos encontrar o Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR), criado em 1983 pela portaria nº19 da Secretaria da Cultura. O PLANOR tem gerência própria desde 2004 e está subordinado à Coordenadoria de Acervo Especial – CAE – do Centro de Referência e Difusão. Seus objetivos são: identificar e cadastrar e divulgar acervos de memória; oferecer orientação técnica referente à organização e conservação desses acervos; fazer intercâmbio a ABINIA (Asociación de Bibliotecas Nacionales de Iberoamérica); oferecer assistência técnica para a organização e preservação de obras raras; desenvolver programas de formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado; reunir na BN informações sobre o acervo raro existente no país (BIBLIOTECA NACIONAL, 2011).

O PLANOR disponibiliza documentos com critérios de qualificação de raridade tanto para livros quanto para periódicos, como demonstra o quadro 1. Esses critérios podem auxiliar bibliotecas e instituições a reconhecerem as obras de forma adequada permitindo o desenvolvimento eficiente das coleções, além disso, são norteadores e podem ser utilizados e adaptados de acordo com a necessidade de cada local.

LIVROS	PERIÓDICOS
<p>Primeiras impressões (séc. XV – XVI);</p> <p>Impressões dos séculos XVII E XVIII;</p> <p>Brasil – séc. XIX;</p> <p>Edições clandestinas, de tiragens reduzidas, Edições especiais (de luxo para bibliófilos);</p> <p>Exemplares de coleções especiais (regra geral com belas encadernações e ex-libris);</p> <p>Exemplares com anotações manuscritas de importância (incluindo dedicatórias);</p> <p>Obras esgotadas.</p>	<p>Impressos no século XIX, a partir de 1808;</p> <p>Fase inicial da tipografia local de qualquer região;</p> <p>Edições clandestinas, exemplares únicos, edições comemorativas e edições que abordam assuntos relevantes dentro de um enfoque regional;</p> <p>Edições de luxo, exemplares coleções especiais com anotações manuscritas (incluindo dedicatórias);</p> <p>Nacionais – desde a criação da Imprensa Régia (1808, até o final do século XIX).Século XX (Números especiais, avulsos, etc.). Anais da Biblioteca Nacional.</p> <p>Estrangeiros – desde o mais antigo periódico estrangeiro (1615), até o século XIX.</p> <p>Especiais – Publicações periódicas com características diferentes de jornais e revistas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Folhinhas, almanaques, anuários • Brasileiros impressos no exterior. • Jornais em língua estrangeira impressos no Brasil.

Quadro 1 – Critérios do PLANOR para qualificar obras raras

Fonte: Biblioteca Nacional (2011)

Para melhor gerenciar as coleções os curadores devem utilizar fontes bibliográficas adequadas de apoio à seleção, ampliar seus conhecimentos acerca da história do livro, revisar as políticas de desenvolvimento de coleções

e reconhecer as obras que tem grande valor histórico para a instituição, de modo que não haja equívocos por excesso ou falta de critérios.

A Obra Rara e sua Contribuição para a Memória

As obras raras, não são consideradas preciosas apenas pelo seu valor monetário e sim por terem um valor cultural agregado. Elas reúnem a história e cultura de uma sociedade num determinado período. Armazenar e preservar estas obras é permitir que futuras gerações possam conhecer e entender um pouco deste tempo passado. Draaisma (2005) considera o livro como uma representação da memória e a memória como uma representação do livro, logo um está intimamente ligado ao outro. “Esse vínculo poderoso entre livro e memória faz com que um texto deva ser visto como peça-chave do patrimônio cultural de uma sociedade e, certamente, de toda a humanidade” (BAEZ, 2004, p. 26).

Rodrigues (2006, p.1) relata que apesar das contradições, a primeira iniciativa em defesa de acervo no Brasil com vistas a memória foi de D. André de Melo e Castro, vice-rei do Brasil, em 1742, em carta ao governador da capitania de Pernambuco, Luis Pereira Freira de Andrade, onde se opôs a “instalação de quartéis no Palácio das Duas Torres, em nome da preservação de memória tão ilustre e da glória de toda a nação”. Mais adiante no período colonial o então ministro do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz deu ordens aos presidentes das províncias para adquirir “coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional”. Estas iniciativas necessárias à memória nacional só puderam ser conhecidas nos dias de hoje através da transmissão do conhecimento veiculado em obras e/ou documentos considerados patrimônio cultural.

Quando uma obra é considerada patrimônio cultural ela agrega um sentimento de pertencimento da sociedade. Se esta obra não é preservada, o patrimônio de uma cultura inteira se desfaz. O direito à memória é garantido quando a comunidade toma consciência do seu papel e passa a ser a guardiã do próprio patrimônio, nesse momento a degradação e a destruição do meio ambiente, documentos e objetos culturais, são impedidos numa ação de salvaguarda preventiva. Ribeiro (2008) considera a memória como uma construção cultural, que proporciona a constituição do marco identificador de uma sociedade. Ao preservar a memória, impulsionamos as produções científicas no âmbito social e humano e entendemos essas sociedades em suas variáveis de tempo e espaço.

A preservação da memória ocorre no momento em que as informações referentes à memória encontram-se conservadas, tratadas e disponibilizadas. À medida que preservamos uma obra rara, preservamos toda a memória que ela carrega e representa. É como escutar uma música e recordar de lugares, pessoas, fatos. Para Le Goff (2003, p. 419), este “conjunto de funções psíquicas, leva o homem a atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas, em um momento presente”.

A contribuição da obra rara como patrimônio cultural para a memória da sociedade é sem dúvida grandiosa. Edgar Morin (2007, p. 165), chega a comparar o patrimônio cultural ao patrimônio genético porque ambos permitem “rememoração, comunicação, transmissão do capital de indivíduo a indivíduo e de geração a geração”. Porém para que esses bens culturais alcancem as gerações vindouras, é necessário criar na sociedade a consciência cultural, com o reconhecimento e a valorização desse patrimônio.

Considerações Finais

A questão da preservação apesar de ser recente aqui no Brasil, desperta reflexão. A criação do IPHAN para preservação, divulgação e fiscalização dos bens culturais brasileiros, revela a intenção de assegurar o usufruto desses bens na atualidade e no futuro. A contribuição da biblioteca e da sociedade em prol da preservação do patrimônio bibliográfico e documental traz grandes benefícios que por meio de ações conjuntas fortalecem o respeito e a valorização dos bens culturais transmitidos às gerações.

As obras raras são consideradas patrimônio devido seu valor cultural e por este motivo necessitam de toda a atenção por parte das bibliotecas. O estabelecimento de critérios norteadores adequados para identificá-las e qualificá-las contribuem para formar coleções de alto nível tanto pelo valor das obras quanto pelo conteúdo que carregam.

O responsável pelo desenvolvimento da coleção de obras raras precisa ter um conhecimento cultural amplo em história do livro e história do Brasil, para reconhecer e identificar as obras. A utilização de fontes bibliográficas adequadas e as políticas de desenvolvimento de coleções apoiam de forma substancial a gestão desses acervos.

Por fim, a obra rara, como símbolo da cultura perpassada, é nosso patrimônio, e a melhor forma de preservar este patrimônio cultural é pelo respeito e interesse generalizado das instituições responsáveis e sociedade em

assegurar a proteção dos testemunhos de uma cultura, permitindo assim o exercício pleno da cidadania e garantindo a memória.

Referências

BAEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras**. Rio de Janeiro: BN, 2011. Disponível em: < <http://www.bn.br/planor/planor.html>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Revista dos tribunais, 2011.

DRAAISMA, Douwe. **Metáforas da memória**: uma história das ideias sobre a mente. Bauru: EDUSC, 2005.

FUNDARPE. **Patrimônios de Pernambuco**: materiais e imateriais. Recife: FUNDARPE, 2009.

IPHAN. **Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: IPHAN, 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

LEI do PNC 12.343/10. Brasília: Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: < <http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/26/plano-nacional-de-cultura-21/>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

MARTÍNEZ DE SOUSA, José. **Diccionario de bibliología y ciencias afines**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Piramide, 1989. p. 468.

OLIVEIRA, Beatriz Marona et al. **Livros raros e preciosos**. [Porto Alegre]: Biblioteca Central da UFRGS, 1985.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **Nos jardins do tempo**: memória e história na perspectiva de Pierre Nora. Disponível em: http://www.historiaehistoria.com.br/_materia.cfm?tb=historiadores=id-11. Acesso em 16 de jun. 2008.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Conceito de patrimônio cultural no Brasil: do Conde de Galvéias à Constituição Federal de 1988. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido de lugar. São Paulo: Roca, 2006.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil. O espelho do tempo: uma viagem pelas estantes do acervo de obras raras da biblioteca de manguinhos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.3, p.180-194, set./dez. 2007.

SILVA, Silvia Cortez. **O rol dos livros defesos**:

a censura a serviço da Igreja e do Estado. [Extralibris](http://extralibris.org), mar., 2007. Disponível em: <<http://extralibris.org/revista/o-rol-dos-livros-defeso/>>. Acesso em 22 jun. 2011.

YAMASHITA, Marina Mayumi; PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.172-184, ago./dez. 2006

ZIMAN, John. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

A organização da informação e do conhecimento como dispositivos de memória e cultural

Fabio Assis Pinho

Os estudos sobre a organização do conhecimento têm ligação com as pesquisas sobre a história do livro e da escrita, uma vez que os meios utilizados para comunicar as ideias, representam um componente importante na relação leitor-texto, pelo fato de condicionarem os próprios modos de pensar. Dessa forma, a relação que se estabelece entre esses componentes influenciará a produção do conhecimento e, logo, a sua organização.

O ser humano inicia as tentativas de organizar e representar o conhecimento desde os primórdios da sua própria existência, transformando as formas de sociabilidade e as relações. Portanto, organizar e representar não são uma necessidade atual, mas sim, uma preocupação que surge com a própria evolução da sociedade, que anseia pelo compartilhamento, decifração e uso do conhecimento registrado.

Sob esse aspecto, resgata-se uma das instituições mais tradicionais que promove a organização, disseminação e preservação do conhecimento registrado, ou seja, a biblioteca, que foram sendo constituídas através da posse de livro por indivíduos que podiam adquiri-lo e, que o deixavam guardado em suas residências. O livro podia ser encontrado em qualquer lugar da casa, não tendo um lugar definido; muitas vezes estava em um cômodo único, na cozinha, ou nas diversas dependências menores. Assim, quanto maior o número de livros, maior a necessidade de acessórios para acomodá-los, como um pequeno armário, estante e até armários-bibliotecas, que podiam ser encontrados em qualquer cômodo de uma casa.

Com isso, inicia-se um ato de ordenação desses livros, primeiramente realizada por tamanho. Da necessidade de conservar os livros, logo uma dependência da casa passa a ser considerada uma biblioteca, motivada principalmente pela paixão da coleção, ou ainda, pela aparência social ou pelo interesse em manter um gabinete de curiosidades.

Atualmente, à concepção de biblioteca são adicionadas novas acepções. De acordo com Fantinatti e Ceccantini (2004, p. 41), biblioteca é um ambiente como “sala, casa ou edifício público ou particular onde se instalam grandes coleções de livros, arrumados, ordenados e devidamente catalogados, destinados à leitura”. Fantinatti e Ceccantini (2004, p. 43) recordam que a biblioteca surgiu antes do livro, e que “seus antecedentes mais remotos estão

na Babilônia, com seus tabletes de argila ou coleção de tijolos gravados com caracteres cuneiformes, materiais que, no Egito, foram substituídos pelo papiro com função de arquivo e documento da escrita”. Isso se verifica, de forma mais específica em Witty (1973, p. 193), ao referir-se, inclusive, a envelopes de argila para expressar o conteúdo dos papiros e pergaminhos.

Consequentemente, os séculos XVII e XVIII presenciaram mudanças surpreendentes nas atividades dos bibliotecários e na organização do conhecimento, uma vez que, a invenção da imprensa influenciou as maneiras de realizar a ordenação dos livros existentes nas bibliotecas. Por essa razão, surgem as demandas para a viabilização de instrumentos e práticas de organização do conhecimento registrado, justamente porque houve uma multiplicação e um barateamento das obras impressas, e as bibliografias (instrumentos de organização) auxiliavam os leitores quando da busca por determinado texto. Veja-se, por exemplo, as *Bibliotecas* (ou *Bibliografias*) de eruditos como Gesner (*Pandectae*, 1548) ou de Possevinus (*Bibliotheca selecta*, 1593), onde se constata o fundamento dos sistemas bibliográficos e de suas classificações – seja por temas, seja por outras vias.

A criação de instrumentos de organização e representação do conhecimento vai ao encontro de outra expectativa do ser humano ao longo da evolução da sociedade: saber tudo o que se tem publicado pelo mundo.

Sabe-se, no entanto, desde que se busca o conhecimento, essa ideia de controlar os registros não é nova, pois já na Antiguidade se pensava nisso. Dessa forma, as bibliotecas tornaram-se instituições de guarda desse saber registrado. A famosa biblioteca de Alexandria, que reunia inúmeras obras de todo o mundo, inspirou a criação de catálogos e bibliografias com o intuito de controlar o que se havia publicado, além de que, com o aumento da circulação das obras, tornou-se necessário a criação de instrumentos capazes de classificar, identificar e hierarquizar o conhecimento disponível.

Os instrumentos de organização e representação do conhecimento bibliográfico sofreram influências de filósofos que estavam preocupados com a divisão do conhecimento e deram aporte teórico para o seu desenvolvimento. Dentre esses filósofos destacam-se: Platão (427-234 a.C.), que classificou as ciências dividindo o conhecimento em Física, Ética e Lógica; Aristóteles (384-322 a.C.), que com sua classificação dicotômica, dividiu as ciências de acordo com suas finalidades em teóricas (pensar), práticas (agir) e poéticas (produzir); e, Francis Bacon (1561-1626), que dividiu as ciências em memória, imaginação e razão.

O princípio dos instrumentos de organização e representação do conhecimento pode ser conferido a um dos sábios de Alexandria, Calímaco,

que por volta de 250 a.C. elaborou seus *Pinakes* [Tabulas], onde registrava o número de linhas de cada obra, as palavras iniciais e os dados bibliográficos dos autores. Apesar de alguns pesquisadores denominarem o trabalho de Calímaco como catálogo, não se sabe ao certo se foi um catálogo, uma bibliografia ou ambos, pois não restaram vestígios dessas obras. O sistema de Calímaco obedecia às ordens alfabética e cronológica e sofreu influência da classificação de Aristóteles¹⁰.

Outra importante contribuição se deve ao bibliógrafo suíço Konrad von Gesner (1516-1565), que produziu sua bibliografia denominada *Bibliotheca Universalis* (1545), cujo interesse era classificar tanto livros como animais, e posteriormente publicou o respectivo índice de assunto denominado *Pandectae* (1548), que se ocupava da classificação dos temas.

Esse segundo volume de sua obra estava dividido em 21 seções, começava pelo *trivium* (gramática, lógica e retórica), seguido pela poesia, *quadrvium* (aritmética, geometria, astronomia e música), astrologia, adivinhação e magia, geografia, história, artes mecânicas, filosofia natural, metafísica, filosofia moral, filosofia “econômica”, política, direito, medicina e teologia.

Em 1643, Gabriel Naudé estabeleceu em sua obra *Bibliotheca Cordesiana Catalogus* um esquema de classificação com a seguinte divisão: teologia, medicina, bibliografia, cronologia, geografia, história, arte militar, jurisprudência, direito canônico, filosofia, política e literatura. Naudé assinalava a importância dos instrumentos de representação como meios de encontrar os assuntos desejados identificando-os bibliograficamente.

Diversos debates se seguiram em relação aos instrumentos de organização e representação alfabéticos e classificatórios. Anthony Panizzi, advogado, refugiado político italiano que trabalhava no *British Museum* como bibliotecário assistente, aprovou, junto à comissão do museu, suas 91 regras, no ano de 1839. Já no ano de 1841 publicou as *Regras para a Compilação de um Catálogo*, iniciando o acesso ao assunto de uma obra por meio de um vocabulário controlado.

Em 1870, William Torrey Harris desenvolveu seu sistema de classificação baseando-se na ordem indireta da classificação de Francis Bacon, ou seja, razão, imaginação e memória. Sua contribuição influenciou diretamente outros sistemas de classificação.

10 A classificação de Aristóteles (384-322 a.C.) foi concebida como cinco predicáveis (ou categorias), a saber: Gênero, Espécie, Diferença, Propriedade e Acidente. A partir dos predicáveis, o filósofo subdividiu o conhecimento em: Filosofia Teórica Física, Matemática, Metafísica, Filosofia Prática, Ética, Economia, Política, Filosofia Produtiva, Poética, Retórica e Arte.

Por volta de 1876, com a publicação da Classificação Decimal de Dewey, os estudos e as práticas relacionadas à classificação e à indexação dos livros nas bibliotecas tomam status profissional. Com isso, tem-se o destaque de pesquisadores que contribuíram para o avanço nos estudos da Organização do Conhecimento, a saber: Charles Ami Cutter (1837- 1903), Melville Louis Kossuth Dewey, conhecido como Melvil Dewey (1851-1931), Henry E. Bliss (1870-1955) e S. R. Ranganathan (1892-1972), entre outros.

Charles Ami Cutter, bibliotecário norte-americano, em 1876, publicou suas *Regras para um Catálogo Dicionário*, como era de fácil entendimento, incluía a catalogação de assuntos. Cutter criou também um sistema de classificação conhecido como *Expansive Classification*, que era instituído por sete classificações, sendo cada uma delas mais detalhada que a anterior, com o intuito de acompanhar a expansão do assunto. Sua concepção foi baseada na inversão da classificação de Bacon influenciando outros sistemas de classificação. Sua tabela representativa de sobrenomes é usada ainda nos dias atuais. Em Cutter, com a idealização do catálogo dicionário, observa-se uma mudança na lógica de organização, até então basicamente pautada pelo critério sistemático e que, a partir daí, passa a nortear-se, também, pela ordem alfabética.

Observa-se, nesse sentido, que os princípios específicos, de uso e sindético preconizados por Cutter continuam a ser, ainda hoje, um dos alicerces sobre os quais se assenta a indexação alfabética.

Melvil Dewey também estabeleceu regras simplificadas de catalogação, mas a obra que lhe conferiu reconhecimento foi sua classificação decimal, publicada no ano de 1876, cuja primeira edição era anônima. Dewey utilizou na sua classificação de assuntos uma divisão decimal. Apesar de toda a discussão que envolve sua concepção, a Classificação Decimal de Dewey (CDD) é o sistema mais utilizado no mundo, totalizando mais de 135 países e traduzido para mais de 30 línguas, uma vez que consegue reunir, sob uma mesma notação, os aspectos de representação temática e de arranjo físico da obra. Baseada na Classificação Decimal de Dewey surge a Classificação Decimal Universal (CDU), atingindo notoriedade mundial devido ao trabalho dos belgas Paul Otlet (1869-1944) e Henri de La Fontaine (1854-1943), publicada em 1905 como *Manuel du répertoire bibliographique universel*. Para Piedade (1983, p. 74), a Classificação Decimal Universal “é um sistema hierárquico, com base filosófica, mas no qual, graças à utilização de sinais gráficos, diz-se que surge a tentativa de classificação em facetas, cujo primeiro emprego consciente apareceu na Classificação de Dois Pontos, de autoria de Ranganathan”, que

por sua vez, resgatou e aperfeiçoou a concepção da indexação sistemática de Kaiser, de 1911.

Com a CDU dá-se uma nova perspectiva para superar a rigidez notacional de Dewey, visto que a coordenação e síntese de conceitos compostos passam a ser feitas de forma mais ampla, por meio de sinais como os dois pontos. Destaca-se, também, a preocupação dos idealizadores da CDU, Paul Otlet e Henri La Fontaine, com o resgate do conhecimento registrado até então disponível - por meio de sua *Bibliografia Universal* - aspecto que lançou as bases para a Documentação e para o Controle Bibliográfico Universal.

Nesse momento é interessante apontar que Dewey pensou em uma classificação bibliotecária (organização de livros) e Otlet estava voltado para uma classificação bibliográfica (organização de informação).

Já Henry Evelyn Bliss, bibliotecário norte-americano, elaborou a *Bibliographic Classification*, que para Piedade (1983, p. 74) é “apontada como perfeita no desenvolvimento, quanto ao escalonamento e à subdivisão dos assuntos”, permitindo que um mesmo assunto seja classificado em diferentes pontos do sistema. Além disso, Bliss publicou obras que ganharam destaque nos estudos inerentes à Organização do Conhecimento, visto ter sido o autor que, pela primeira vez, utilizou formalmente a expressão ‘organização do conhecimento’¹¹. Shiyali Ramamrita Ranganathan, matemático indiano, influenciou os estudos sobre as classificações. Após comparar e questionar diversos sistemas de classificação existentes, ele decidiu desenvolver um novo sistema de classificação, com intuito de modificar os princípios básicos da classificação. Ranganathan também contribuiu para que a classificação adquirisse um status científico, transcendendo à prática bibliotecária, principalmente a partir de sua obra *Filosofia da Classificação Bibliográfica*, onde aborda os campos que têm o conhecimento como objeto de estudo (Filosofia, Epistemologia etc.).

Em 1933, Ranganathan estabeleceu a *Colon Classification*, originando o Sistema de Classificação Facetada, ou Classificação dos Dois Pontos, ou ainda, Classificação Analítico-Sintética. Segundo Piedade (1983, p. 198), “ao lançar o seu sistema, Ranganathan só utilizou o sinal de dois pontos para introduzir

¹¹ Henry Evelyn Bliss foi o primeiro pesquisador a utilizar a expressão “Organização do Conhecimento” em seus livros, a saber: *The Organization of Knowledge and the System of Sciences*, publicado em 1929; e, *Organization of Knowledge in Libraries and the Subject Approach to Books*, datado de 1933. Em seguida, a expressão é usada no ano de 1971, na tese do alemão Dagobert Soergel, cujo tema era *Organization of Knowledge and Documentation*. Já no ano de 1973, Ingetraut Dahlberg defende sua tese com o título *Foundations of Universal Organization of Knowledge*. Atualmente o termo utilizado é, em inglês, *Knowledge Organization*, representado pela sigla KO.

qualquer uma das facetas, daí o nome do sistema, *Colon Classification*, pois a palavra ‘colon’ em inglês significa dois pontos”. Desta forma, o número de classificação é formado por símbolos unidos pelo sinal dos dois pontos, relacionando os assuntos que constam na obra.

Sob o cenário exposto até o momento, tem-se, então, a possibilidade de compreender o conceito de organização do conhecimento e como os seus instrumentos podem refletir questões culturais e reconstruir a memória através dos registros bibliográficos. Esteban Navarro e García Marco (1995, p. 149) entendem que a Organização do Conhecimento é

a disciplina dedicada ao estudo e desenvolvimento dos fundamentos e técnicas de planejamento, construção, gestão, uso e avaliação de sistemas de descrição, catalogação, ordenação, classificação, armazenamento, comunicação e recuperação dos documentos criados pelo homem para testemunhar, conservar e transmitir seu saber e seus atos, a partir de seu conteúdo, com a finalidade de garantir sua conversão em informação capaz de gerar novo conhecimento.

O conceito de Representação do Conhecimento, por sua vez, não tem recebido a mesma atenção, sendo, muitas vezes, explicado de forma concisa e, por vezes, incongruentes pela literatura da área. Alia-se a isso a dimensão demasiada abarcativa do termo¹². Para San Segundo Manuel (2003, p. 398), representação do conhecimento significa a simbolização de livros ou documentos, possuindo raízes nas correntes filosóficas do pragmatismo e do reducionismo. Assim, no contexto científico, a representação abarca a descrição física e de conteúdo dos livros e documentos, eliminando uma ‘complexidade supérflua’, fazendo com que, os objetos representantes sejam substitutos dos objetos representados.

Ao observar esses conceitos entende-se que no âmbito da organização e representação do conhecimento existem atividades, instrumentos e produtos que vão muito além de um “fazer técnico” e as preocupações, cada vez mais, voltam-se para a dimensão social, seus impactos para os usuários e, como decorrência, o papel desempenhado pelo profissional inserido nessa área, o bibliotecário.

E como se dá essa dimensão social? Primeiramente, parte-se da própria

12 Sua concepção se estende ao aspecto da representação enquanto: processo mental (ato de classificar), aos instrumentos envolvidos (linguagens documentais hierárquicas e alfabéticas, por exemplo, os sistemas de classificação, os tesouros e os cabeçalhos de assunto), a uma área do conhecimento (designada pelas iniciais maiúsculas, Representação do Conhecimento) e a uma operação (atribuição de uma notação ou índice).

crítica feita aos processos de organização e representação do conhecimento. Entende-se que a partir da modernidade, especificamente final do século XVIII, os princípios da organização e representação do conhecimento tornaram-se mais arbitrários e, conseqüentemente, mais controladores da vida cotidiana do ser humano. Nesse aspecto, Maciel (2010) traz que esse caráter arbitrário foi objeto de ironia por parte de alguns ensaístas e artistas, justamente pela rigidez e impossibilidade de organizar todo o conhecimento existente.

Um dos ensaístas mencionados pela autora foi o crítico argentino Jorge Luis Borges (1899-1986) que traz em alguns de seus contos essa impossibilidade de descrever e inventariar todo o conhecimento e, nesse sentido, ironiza os métodos de organização e representação, revelando que o mundo, os saberes, o conhecimento não podem ser satisfatoriamente eficazes para dar conta de toda a segmentação inerente à sua produção. A produção do conhecimento é por si só múltipla e, dessa maneira, não pode ser segmentado rigidamente. Em seu conto *Biblioteca de Babel* é descrito uma biblioteca de ordens e estruturas rígidas, entretanto, nela são inseridos conhecimentos de todos os livros, ou seja, o autor cria um paradoxo, denunciando a impossibilidade de catálogos, inventários e índices de organizar o todo.

Em *Funes, o Memorioso* tem-se a história de um rapaz cuja memória era infinita e, por isso, não consegue esquecer nada que ele havia presenciado e feito em seus mínimos detalhes. Entretanto, o personagem não consegue ‘organizar’ todas essas lembranças em sua memória. Já no conto *O Aleph*, tem-se o personagem que vê tudo ao mesmo tempo de um local específico e passa a listar aquilo que consegue, entretanto, essa lista é incompleta devido à impossibilidade de descrever tudo o que foi visto na cena. Em *Tlön, Uqbar, Orbis Tertius* tem-se a presença de uma enciclopédia cujo objetivo era inventariar um mundo em seus diversos aspectos. Nesses contos, Borges ironiza essa tentativa de descrever, ordenar, listar e inventariar o conhecimento devido à sua incompletude e precariedade.

Sob esse mesmo prisma, Maciel (2010) cita a obra do artista plástico brasileiro Arthur Bispo do Rosário (1911-1989), no sentido de aproximá-la do universo ficcional do escritor argentino Jorge Luis Borges. Bispo, ao ser internado em um manicômio, recebeu uma mensagem de Deus pedindo a ele que fizesse um inventário, dessa maneira, ele se dedicou a compor o que chamava de “registros de minha passagem pela terra”. Bispo catalogou diversos objetos, com extraordinário rigor formal, além de bordar listas minuciosas de palavras e imagens em panos e faixas, formando verdadeiros índices.

Ainda nessa linha, tem-se o escritor francês Georges Perec (1936-1982) cujas obras são permeadas por reflexões sobre a categorização. Em um dos seus

romances *A vida: modo de usar*, o autor traz a possibilidade de descrever nos mínimos detalhes um edifício localizado no centro de Paris e essa descrição é tão minuciosa que cada andar, cada apartamento, cada objeto dentro dos apartamentos são relatados, tudo isso visando à possibilidade de contar a vida de cada pessoa que ali habita; entretanto, são tantos pormenores que as descrições são intermináveis. Em sua outra obra *Pensar/Clasificar* (*Pensar/Classificar*) algumas perguntas são apresentadas que enaltecem o viés social da organização e representação do conhecimento: como classifico aquilo que penso? E, como penso quando quero classificar? Essas perguntas revelam que classificar é segmentar é rotular e essas atividades nunca são feitas de maneira neutra ou ingênua.

Na tentativa de retomar essas classificações hegemônicas de forma a ironizá-las, esses ensaístas e artistas remetem às classificações do século XVI, contribuindo de forma a reconfigurar os modelos atuais através de seus conhecimentos híbridos, trans e pluridisciplinares.

Nesse contexto, especial importância assume o papel do profissional da informação em relação a uma atuação ética no que tange à concepção de um “bem fazer” e de um “bem atuar”, visto que as competências específicas para os bibliotecários que trabalham com organização e representação do conhecimento não se esgotam no como fazer, mas encontram terreno fértil de indagação no “porque” e no “para que” fazer, principalmente porque é necessário levar em conta que tanto o produto quanto o processo de organização e representação devem estar imbuídos da preocupação com a sua utilidade e sua adequação para determinada comunidade ou grupo-alvo.

O pressuposto básico aqui postulado para a dimensão social é o da inclusão social, porque ela, talvez aliada à categoria de metavalor no âmbito da organização e representação do conhecimento, justifica a abordagem ética nessa ambiência como um todo, seja em qualquer comunidade discursiva ou domínio do conhecimento. Por isso, a questão da inclusão na organização e representação do conhecimento se situa entre dois extremos complicados acerca dos quais o bibliotecário deve tomar a devida cautela: por um lado, o preconceito social e, por outro, o proselitismo que muitas vezes as comunidades discursivas se utilizam para mostrar a cara. Ou seja, a organização e a representação não podem servir a nenhum desses aspectos: nem o da exclusão, por meio do preconceito, nem o da propaganda, por meio do proselitismo (uma vez que se teria um preconceito às avessas, ou no sentido contrário). Nesse contexto, três universos axiológicos convivem: o do documento ou informação, o do usuário que dele(a) se utiliza e o do bibliotecário, que media tudo isso.

Por essa razão é que os estudos sobre os aspectos éticos na organização e representação do conhecimento são necessários, uma vez que a questão ética se estabelece à medida que se evidencia a noção de limite de poder (controle), pois a atitude ética se distancia do poder sobre os outros e evita ser objeto de ideologias específicas. Tangenciando, então, a dimensão social da organização e representação do conhecimento, porque os seus produtos – catálogos, índices, registros bibliográficos, notações, ou seja, as informações documentais – são dispositivos institucionalizados de memória, que são evidenciados, principalmente, em espaços destinados à memória como, por exemplo, as bibliotecas, os arquivos, os museus e os centros de documentação, que são locais de memória socialmente instituídos cuja finalidade é a de preservar.

A ideia de preservar e conservar esses dispositivos de memória como os produtos da organização e representação do conhecimento tem início no *Traité de Documentation* de Paul Otlet (1934), marco da Documentação.

Nesse sentido, as questões éticas relativas à organização e representação do conhecimento situam-se em sua dimensão social, no sentido de que os produtos resultantes dessas atividades não reflitam assuntos, temas, culturas ou posições políticas de forma errônea ou equivocada, especialmente, se praticada pelo profissional que as desenvolve.

Cada bibliotecário trabalha com um documento a partir de um conjunto de atitudes mentais, crenças, preconceitos, ideias recebidas, “fatos”, conhecimentos gerais e “sabedoria convencional”. Grande parte dessa bagagem é útil para auxiliar na compreensão, interpretação, organização e representação do conteúdo do documento. Às vezes, com documentos cujo estilo é polêmico, ou onde a própria crítica e polêmica são os assuntos, os bibliotecários podem ter de lidar com um material que contrasta com as suas opiniões pessoais. Se, dessa forma, ocorrer uma discordância séria, de forma a ofender o profissional, provavelmente isso afetará a criação de índice ou sua indexação. Não é necessário que o bibliotecário seja inteiramente a favor de todo o conteúdo do documento, mas o índice ou a indexação, por exemplo, devem refletir e representar esse conteúdo. O bibliotecário pode discordar de algumas partes do documento, mas isso não pode refletir no produto que ele elabora. Embora os catálogos, as bibliografias e os índices sejam produtos criados pelos bibliotecários, imbuídos de seus conhecimentos gerais e especializados, bem como de suas competências técnicas e, por isso, uma propriedade intelectual, eles não deve revelar suas crenças pessoais e atitudes, através das quais poderia sofrer sanções sociais.

Essa questão pode ser exemplificada da seguinte maneira: como um bibliotecário judeu realizará a indexação de um livro sobre judeus escrito por

um nazista? Ou ainda, como bibliotecários de religião protestante produzirão registros bibliográficos em um catálogo sobre obras ou literatura espírita?

Nesse sentido, percebe-se que as atividades desenvolvidas pelos bibliotecários no âmbito da organização e representação do conhecimento são permeadas por questões éticas, uma vez que esses profissionais são mediadores entre a produção e o uso do conhecimento registrado, através dos instrumentos e produtos resultantes da organização e representação. Dessa maneira, é possível compreender que esses instrumentos e produtos refletem uma determinada visão de mundo que, por sua vez, influenciam a forma como os assuntos podem ser organizados e representados.

Sob esse aspecto, convém mencionar que alguns assuntos foram revisados no âmbito do catálogo da *Library of Congress* dos Estados Unidos, tais como: raça, etnia, cultura, religião, entre outros, especialmente, porque eles estavam concebidos através de uma visão ocidentalista, etnocentrista e colonialista. Essas revisões têm o intuito de alertar para a forma de se criar acessos aos assuntos ou índices de interesse público, onde aspectos importantes da obra se tornem visíveis, atribuindo notas que dêem visibilidade e alcance aos temas.

A partir do entendimento de que o fazer do bibliotecário não é neutro, constata-se, então, que sua atuação ética está permeada por quatro instâncias: a responsabilidade social decorrente da atuação profissional, a identificação do comportamento ético e não ético, as maneiras de como se dão tais comportamentos e a delimitação das etapas a serem seguidas para que haja uma atuação ética no momento da atuação profissional. Por isso, a consequência de uma atuação inadequada do bibliotecário pode resultar em problemas éticos como, por exemplo, os desvios, o uso de termos com conotação negativa, a censura e a representação incorreta de assuntos.

Por exemplo, um dos instrumentos mais utilizados pelos leitores e usuários de bibliotecas é o catálogo, no qual se materializam os registros bibliográficos com as descrições física e temática das obras, ou seja, seus aspectos extrínsecos e intrínsecos (físico e temático, respectivamente). Esse produto da organização não reflete passivamente os valores dominantes da sociedade de uma maneira neutra ou objetiva, mas ele seleciona esses valores por meio [da escolha] de expressões, ou seja, das representações ali contidas, dos rótulos atribuídos pelo bibliotecário.

Dessa maneira, quando se criam representações, como no caso de cabeçalhos de assunto ou notações, a atuação profissional não é neutra, mas permeada de ideologias e, por essa razão, a ação do profissional da informação de selecionar e rotular o conteúdo de uma obra pode ser passível de representações inadequadas, que podem ocorrer no momento em que

estabelece escolhas para representar o conteúdo do documento, ou a preferência pela escolha do conceito. Nessa questão é colocado que os catálogos, através dos pontos de acesso por assunto, sendo ferramentas construídas, não são dotadas de neutralidade, e refletem os valores dominantes de uma sociedade em seus substitutos para acesso ao tema da obra.

Veja-se, ainda, que os desvios na representação do conhecimento podem residir em algumas categorizações dicotômicas em classificações ou tesouros, porque elas são baseadas na tradição aristotélica de oposição dos conceitos, e quando adotadas de forma categórica, passam a evidenciar ou reforçar a ideia de preponderância, desrespeito entre diferentes culturas, e às vezes de proselitismo como, por exemplo, Religiões cristãs *versus* Religiões não cristãs e Literatura Americana *versus* Literatura em Outras Línguas.

O fato é que organizar e representar o conhecimento, disponibilizando-o para as diferentes culturas, fazendo que essas reconheçam suas crenças no sistema de representação é o desafio muito grande. Por isso, os instrumentos de representação devem estar pautados em aspectos éticos, para que seu usuário possa se reconhecer e confiar na organização e na representação ali estabelecidos. As atividades, os instrumentos e os produtos da organização do conhecimento enquanto construções culturais, mesmo que datadas e pré-definidas, devem permitir que se reconstitua a memória científica e cultural, seja de uma comunidade discursiva ou de uma área do conhecimento. Essa reconstituição deve permitir que as diversas posições ou correntes de pensamento sobre um assunto possam ser contempladas de maneira igualitária. Dessa maneira muitas reflexões devem surgir acerca dos estudos éticos na organização do conhecimento revelando os mistérios dessa 'caixa de Pandora'.

Portanto, o bibliotecário deve estar atento para que sua práxis não dê sustentabilidade às imperfeições sociais, além disso, é uma forma de demonstrar à sociedade a importância da profissão. Assim, acredita-se que as atividades, os instrumentos e os produtos da organização e representação baseados na ética serão aceitáveis por diferentes culturas e que ali seja, de fato uma estrutura de conhecimento, cujos conceitos e suas relações são inseridos de forma crítica e consciente do necessário respeito à diversidade.

Referências

BORGES, J. L. **Ficções (1944)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BORGES, J. L. **O aleph (1949)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. **Scire**, Zaragoza, v.1, n.1, p.149-157, 1995. Disponível em: <<http://ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1038/1020>>. Acesso em: 11 ago. 2010.

FANTINATI, C. E.; CECCANTINI, J. L. C. T. Um país se faz de homens, livros e bibliotecas. In: PEREIRA, R. F.; BENITES, S. A. L. (Org.). **À roda da leitura: língua e literatura no jornal Proleitura**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004. p. 41-51.

MACIEL, M. E. **As ironias da ordem: coleções, inventários e enciclopédias ficcionais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

PEREC, G. **A vida modo de usar: romances**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PEREC, G. **Pensar/clasificar**. 3. ed. Barcelona: Editorial Gedisa, 2008.

PIEADADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

SAN SEGUNDO MANUEL, R. Nueva concepción de la representación del conocimiento. In: ANTONIO FRÍAS, J.; TRAVIESO, C. (Ed.). **Tendencias de investigación en organización del conocimiento**. Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca, 2003. p. 395-402.

WITTY, F. J. The beginnings of indexing and abstracting: some notes towards a history of indexing and abstracting in Antiquity and the Middle Ages. **The Indexer**, London, v. 8, n. 4, p. 193-198, 1973.

Museu e identidades fragmentadas: perspectivas de um dispositivo cultural mediador

Maria Juliana Sá

Introdução

O museu como dispositivo cultural mediador e a sua relação com as múltiplas concepções de identidades culturais que compõem o sujeito pós-moderno são o assunto central deste artigo.

Para tanto, teve como fundamentação teórica os estudos de Stuart Hall (2005) sobre as identidades culturais na pós-modernidade, bem como a análise da postura do público diante de produções artísticas a partir dos estudos de Zygmunt Bauman (1998) sobre a transição da estética modernista para a pós-modernista.

Assim, este artigo apresenta inicialmente uma breve contextualização acerca das características centrais da arte moderna e pós-moderna, bem como, a análise postura do público diante da estética artística de tais momentos.

As diferentes definições de identidades culturais ao longo do tempo serão apresentadas diante da abordagem teórica de Hall (2005) sobre identidades culturais na pós-modernidade. Posteriormente, será exposto um estudo sobre a relação das ações educativas em museus e instituições culturais com a leitura e fruição das obras de Arte, diante da fragmentação das identidades culturais na pós-modernidade.

Desta forma, este artigo pretende compartilhar com o leitor alguns conhecimentos teóricos acerca da mediação cultural como fenômeno contemporâneo, a fim de enriquecer a percepção dos museus enquanto dispositivos mediadores de culturas, favorecendo com isso desenvolvimento de estratégias de mediação que permitam uma construção ativa de conhecimento, através dos valores sócio-culturais dos indivíduos.

A arte e o sujeito pós-moderno

A relação entre arte e público vem sendo discutida ao longo do tempo, através de diversos estudos culturais e estão relacionadas a aspectos de natureza moderna e pós-moderna.

A estética modernista compreende as expressões artísticas do final do século XIX e início do século XX, e tem como característica a negação das raízes culturais. Essa rejeição das tradições populares, atrelada a uma elevação de uma estética humanista baseada no progresso da ciência, teve como consequência uma segregação entre as artes tidas como acadêmicas e aquelas que eram oriundas da cultura popular.

De acordo com Bauman (1998), a arte na modernidade trazia consigo uma distinção social, que se explica claramente no discurso de modernistas, que acreditavam existir aqueles que entendiam obras de arte e aqueles que não entendiam. *Os modernistas queriam mostrar a luz, ensinar, educar e converter; Só podiam afinal, permanecer na posição de vanguarda quando tratando os outros como não realizados, esperando esclarecimento.* (BAUMAN, 2005, p.124).

Todavia o caráter contraditório modernista se fez presente provocando uma distinção cultural, pois ao mesmo tempo em que buscavam educar os que julgavam segregados da arte legítima, procuravam excluir as massas, impondo uma posição de superioridade. Assim, *“Aguilhoada pelo horror da aprovação popular, a vanguarda febrilmente sempre encontrava mais difíceis (por isso, possivelmente menos digeríveis) formas artísticas”* (BAUMAN, 2005, p.124). Provocando uma distância das classes populares aos templos sagrados onde repousava a arte moderna.

Ainda nessa perspectiva, a estética modernista tinha como característica a esperança em uma sociedade melhor e mais humana, baseada no progresso da ciência. Nesse sentido, muitos artistas se distanciaram e renegaram as tradições artísticas anteriores.

De acordo com Efland (2005),

Uma das características centrais do modernismo era a rejeição de suas próprias raízes na cultura ocidental. No seu zelo de reformar e exaltar as artes, artistas e críticos muitas vezes desenfativavam o folclórico e as tradições populares, tanto das culturas ocidentais como das não ocidentais, como sendo carentes de significação cultural. (EFLAND, p.174)

Assim, a falta de identificação cultural das classes populares com a produção artística acadêmica resultou uma segregação das diferentes identidades culturais com os museus e galerias de artes.

Todavia, essa postura distinta da arte na modernidade foi aos poucos sendo substituída por uma crescente preocupação em aproximar os diversos sujeitos da arte erudita. No pós-modernismo o contexto cultural em que a arte

foi produzida torna-se essencial para fruição estética e a postura contemplativa do público, que aos poucos é substituída por uma interação com as diversas formas de expressões artísticas que refletem as múltiplas identidades culturais existentes.

Stuart Hall (2005) analisa tais identidades em três tipos: o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. Segundo o autor, o sujeito do Iluminismo é caracterizado como individualista, cuja identidade tem como referencial apenas a essência do indivíduo, que nasce com ele e assim permanece de forma idêntica durante todo seu desenvolvimento. Já o sujeito sociológico refletia o oposto, pois acreditava que essa essência individual estava relacionada com as relações sociais que se estabeleciam ao longo de sua trajetória, sendo esta concepção interativa e mutável.

Nessa perspectiva nasce o sujeito pós-moderno, oriundo de diversas relações sociais e sendo influenciado por estas, na construção de suas múltiplas identidades, que além de mutáveis, podem ser contraditórias.

Em seu livro *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*, Hall (2005) toma como exemplo o caso do julgamento de um juiz em 1991 nos Estados Unidos. O juiz Clarence Thomas possuía tais características: negro, com visões políticas conservadoras, acusado de assédio sexual por uma mulher negra. Neste caso está posto um jogo de identidades contraditórias: O homem negro e rico, pertencente a um grupo político de direita, um criminoso de assédio sexual, etc. Alguns homens negros apoiaram o Thomas, por serem da mesma raça; As mulheres negras estavam divididas, algumas apoiavam o juiz por ser ele negro e outras se mantiveram contra por serem mulheres e defenderem esta classe; As feministas se opuseram a Thomas tomando como base à questão sexual; já algumas mulheres brancas apoiavam o juiz, não por ele ser conservador, mas por serem contra o feminismo; entre outros casos.

Esta fragmentação de identidades é característica principal do sujeito pós-moderno e deve ser levada em consideração ao pensarmos no museu enquanto dispositivo propositor de relações culturais mediadas entre o indivíduo e a arte, sobretudo, enquanto dispositivo de representação cultural.

Dessa forma, este artigo pretende a seguir problematizar esta perspectiva do museu enquanto dispositivo cultural mediador e a sua relação com as identidades fragmentadas do sujeito contemporâneo.

Modernismo Cultural: Museu-mediador X Identidades Fragmentadas

O modernismo cultural trouxe consigo a negação do passado e das tradições culturais, bem como uma característica de distinção social atribuída aos artistas. De acordo com Efland (2005)

O modernismo cultural tem tanto desvantagens como benefícios. Ele tende a padronizar e a regularizar o pensamento na educação controlada pelo Estado, na indústria e no comércio. Pode às vezes, considerar as tradições culturais de fora do Ocidente como sendo exóticas – costumes étnicos, cheios de charme, mas carentes de um conhecimento que realmente interesse (EFLAND, p. 174).

Além disso, acreditava-se que a produção artística deveria ser estudada de modo isolado de seu contexto cultural, sendo destinada apenas, a fruição de uma elite intelectual. Contudo, com o surgimento do pós-modernismo, a relação entre a obra de arte, o contexto em que foi produzida e, sobretudo, o contexto cultural do fruidor, tornam-se fundamentais na leitura das produções artísticas contemporâneas.

Na perspectiva de aproximar o público da arte, surgem os primeiros setores educativos em museus e instituições culturais, sendo o museu do Louvre, por volta de 1880, o pioneiro na criação deste setor. Inicialmente, os educativos dos museus tinham como finalidade suprir a dificuldade de transmissão de conhecimento ao público comum. Segundo Köpke (2003), *os educativos surgiram da necessidade de transmissão de conhecimento dos críticos e curadores ao público não-especialista, que sentiam dificuldades de apreensão dos códigos utilizados pela elite intelectual.*

Todavia, apesar do surgimento de tais ações educativas interessadas em uma maior acessibilidade intelectual aos diversos sujeitos, a postura do público continuava passiva e contemplativa, pois o atendimento se aproximava da metodologia do ensino secundário da época. O pós-modernismo traz consigo uma série de transformações na postura dos sujeitos que serão refletidas na arte, na cultura e, sobretudo, na educação.

De acordo com o paradigma pós-moderno, o conhecimento deixa de ser concebido como uma produção de consumo passivo dos indivíduos, e passa a ser encarado como resultado de uma construção ativa, um processo de significados criado pelos aprendizes e influenciado pelas normas, valores e atitudes sociais e culturais que rodeiam os comunicadores. (SILVA, apud Silverman, p. 161).

Dessa maneira, os espaços expositivos são tidos como lugares de diálogo e negociação, em detrimento da transmissão de conhecimentos. O grande desafio do museu contemporâneo consiste em proporcionar a percepção das

diferentes identidades culturais, a fim de promover relações entre o objeto estético e o contexto cultural do outro.

Nesse sentido, Silva (2009) acredita que as ações educativas dos museus e instituições culturais devem contribuir na criação de espaços de encontro e partilha, a fim de facilitar e promover um ambiente de debate e negociação de discursos e leituras diversas.

Ainda nessa perspectiva, a transformação na relação entre a obra de arte e o público, bem como o reconhecimento dos museus e instituições culturais como espaços de troca e geração de conhecimento, correspondem as mudanças de paradigmas oriundas da pós-modernidade.

Partindo deste pressuposto, torna-se necessário que os museus e instituições culturais estejam atentos às estratégias e desafios relacionados à construção das ações educativas destinadas aos diversos tipos de públicos e as suas respectivas necessidades. Caso contrário, tais ações educativas podem refletir os valores da cultura ocidental dominante, caracterizando de forma negativa, estereótipos que não se enquadrem nos perfis relacionados à cultura e classe dominante.

Assim, o desenvolvimento de inter-relações entre arte e público, torna-se fundamental para compreensão acerca dos diferentes contextos culturais. Com isso, torna-se possível perceber os diferentes desafios que circundam o museu na pós-modernidade.

Desafios estes que extrapolam o campo metodológico da educação, para exigir uma percepção aguçada acerca do repertório cultural de cada indivíduo, eliminando assim, os limites entre a arte e as questões pluralísticas das relações sociais presentes na vida.

Considerações finais

Ultimamente venho tentado descobrir quais as características essenciais para transformar um dispositivo cultural em um ambiente propício à mediação democrática de culturas. Quais as ferramentas necessárias para que seja possível potencializar a relação da arte com o outro, sem reduzir esta vivência a uma atividade meramente metodológica.

A pesquisa, a dedicação, as referências pessoais e profissionais, certamente são fundamentais para formação dos sujeitos designados mediadores culturais, seja ele educador, artista, curador, críticos de arte, entre outros. Contudo, são insuficientes para traduzir/produzir os inúmeros encontros, desencontros e inquietações que a arte pode proporcionar.

A experiência do indivíduo com a arte requer intuição e, sobretudo, sensibilidade na percepção do outro, seus valores e singularidades. Essa busca, por vezes subjetiva, revela a necessidade de uma observação sutil às diversas identidades que estão presentes no museu contemporâneo. Assim, as metodologias didáticas cedem lugar aos processos investigativos, comuns às crianças, aos cientistas e aos artistas. O papel do mediador cultural, segundo Barbieri, *está no lugar daquele que observa seus alunos e as pistas que eles vão deixando ao longo do percurso como núcleos potentes de expressão.*

O mediador é antes de tudo um pesquisador, um provocador que cria diálogos e indagações acerca da arte e da vida; *prepara o banquete e os alunos se servem do que lhes interessar.* O fundamental é a observação, a percepção das sutilezas, das peculiaridades e contextos que formam as inúmeras identidades culturais.

Aos dispositivos culturais enquanto, instituição mediadora cabe à percepção do que está latente e do que se esconde e se apaga no outro. Assim, como em uma aventura de estórias infantis, é preciso garimpar as oportunidades que possibilitam fazer do encontro com a arte, um encontro com as fragmentações que formam cada essência.

Referências

BARBOSA, M. Mediação Cultural é Social. In: BARBOSA, M.; COUTINHO, R. (Org.). **Arte/Educação como Mediação Cultural e Social.** São Paulo: UNESP, 2009.

BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

CAILLET, E. Políticas de Emprego Cultural e Ofício da Mediação. In: BARBOSA, M.; COUTINHO, R. (Org.). **Arte/Educação como Mediação Cultural e Social.** São Paulo: UNESP, 2009.

CASANOVA-JULIEN, F. Comentários sobre Mediação Cultural: a prática de um modo-modelo e suas atualizações: As intervenções de tipo conversacional em presença direta. In: BARBOSA, M.; COUTINHO, R. (Org.). **Arte/Educação como Mediação Cultural e Social.** São Paulo: UNESP, 2009.

DARRAS, B. As várias concepções da cultura e seus efeitos sobre os processos de mediação cultural. In: BARBOSA, M.; COUTINHO, R. (Org.). **Arte/Educação como Mediação Cultural e Social**. São Paulo: UNESP, 2009.

EFLAND, A. D. Cultura, sociedade, arte e educação num mundo pós-moderno. In: BARBOSA, M.; GUINSBURG, J. (Org.). **O Pós-modernismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FAIRCHILD, M.; SEVIGNY, M. J. Aprendizado visual: uma análise sócio-linguística sobre a crítica de arte no ensino de artistas. In: BARBOSA, A. M. (Org.). **Arte/Educação Contemporânea: Consonâncias Internacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 388-403.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A, 2005.

SILVA, S. G. Para além do olhar: a construção e a negociação de significados pela educação museal. In: BARBOSA, M.; COUTINHO, R. (Org.). **Arte/Educação como Mediação Cultural e Social**. São Paulo: UNESP, 2009.

Sobre os Autores

Fabio Assis Pinho

Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da UFPE, atuando nos cursos de Graduação em Biblioteconomia, Graduação em Gestão da Informação e no Mestrado (Acadêmico) em Ciência da Informação. Email: fabiopinho@ufpe.br

Gilda Maria Whitaker Verri

Professora Associada do Departamento de Ciência da Informação da UFPE, atuando no Mestrado (Acadêmico) em Ciência da Informação. Colaboradora do Programa Memória do Mundo da Unesco. Email: gmverri@yahoo.com.br

Maria Juliana Sá

Aluna do curso de Especialização em Mediação Cultural da Universidade Federal de Pernambuco e graduada em Educação Artística com habilitação em Artes Plásticas pela mesma Universidade. Email: mariajulianasa@gmail.com

Lílian Lima de Siqueira Melo

Bibliotecária na UFPE, Mestranda em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste e Especialista em Gestão e Tecnologia da Informação pela UFPE. Email: liliamelogmail.com

Lourival Pereira Pinto

Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da UFPE, atuando nos cursos de Graduação em Biblioteconomia, Graduação em Gestão da Informação e no Mestrado (Acadêmico) em Ciência da Informação. Email: joalori@yahoo.com.br



PROEXT
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

